

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 13

2 de setembro de 2020

(15:40 h – 18:50 h)

Ordem do dia:

Audição do Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrogão Grande.

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Hugo Costa (PS)

Olga Silvestre (PSD)

Eurídice Pereira (PS)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Começo por cumprimentar todos. Espero que tenham tido, a exemplo de mim mesmo, umas férias retemperadoras.

Está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior, que se destina à audição, a requerimento do Partido Socialista votado na Comissão, do Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes, na qualidade de ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, a quem dou as boas-vindas, agradecendo a sua presença.

Embora seja do conhecimento de todos, e admitindo que conste da própria notificação, não deixo de dar conhecimento a quem nos possa estar a ver ou a ouvir que o modelo de audição funciona em três rondas possíveis, sendo a primeira ronda de 8 minutos em sistema de pergunta/resposta, depois haverá uma segunda ronda com intervenções de 5 minutos para cada grupo parlamentar com resposta global e uma terceira ronda em que os grupos parlamentares poderão usar da palavra até 3 minutos e em que cada Deputado, individualmente, se assim o entender, poderá também usar da palavra por 2 minutos.

Conforme é hábito nesta Comissão, é conferida a possibilidade a quem comparece para depor de fazer uma intervenção inicial enquadradora. Daí perguntar-lhe, Sr. Presidente, se pretende fazer uma intervenção ou se partimos imediatamente para a ronda de perguntas.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes** (ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande): — Se me permite, a minha intervenção

inicial é no sentido de agradecer o convite para estar presente, a forma como o Sr. Presidente fez questão de me receber e para cumprimentar todos os Deputados.

Passaram três anos, estou disponível para ajudar naquilo que puder para que se tirem conclusões e se reerga o nome de Pedrógão Grande. Essencialmente, é isso que pretendo: reerguer o nome de Pedrógão Grande.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início à primeira ronda que, desta vez, no sistema rotativo que é adotado nesta Comissão, iniciar-se-á com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Dirijo um agradecimento ao Sr. Pedro Nunes pela sua disponibilidade em vir aqui dar informação e fazer declarações.

Em primeiro lugar, quero afirmar que esta tragédia de 2017 foi bastante pesada para a região e para o País como um todo. Importa, obviamente, que não se volte a repetir, sendo por isso importante que retiremos as aprendizagens que existirem deste processo para melhorarmos ações de futuro e também que se verifiquem as condições em que o processo decorreu.

Tendo o senhor enquanto o Presidente da Junta de Freguesia, atualmente ex-Presidente da Junta, exercido nesse momento algumas funções relevantes e tendo tido, até, enquanto Presidente, responsabilidades também no sistema de proteção civil, gostaria de lhe perguntar de que forma acompanhou a recuperação de habitações na freguesia à qual presidiu e como é que avalia o processo de atribuição de apoios no âmbito do Fundo REVITA para a recuperação de habitações na freguesia de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas questões colocadas.

Permita-me só, antes de mais — acho que isto tudo irá depois chegar ao mesmo porto... Responsabilidades, sim, na proteção civil. Posso dizer-lhe que estive noventa e tal horas no terreno. A única vez que entrei ou que estive perto do carro de coordenação daquele incêndio foi porque fui retirado de uma povoação, que não tinha um único meio de proteção, pelo meu secretário e pela minha tesoureira, que tinha voz de prisão do sr. Tenente Coronel que se encontrava junto desse carro. Eu, única e simplesmente dirigi-me ao lado desse carro — nunca entrei nesse carro durante esses dias e nunca me foi pedida opinião —, dirigi-me a esse senhor e disse-lhe: «Olhe, eu estou na Derreada, onde não há um único meio de proteção. As forças que vocês enviaram são insuficientes para se fazer a tal evacuação. Vocês estão a fazer a concentração das pessoas na Associação, uma zona baixa em que o fumo ainda vai ser mais denso, e preocupem-se com a Derreada Fundeira, que está a poente, e lembrem-se de sete localidades que estão viradas a nascente onde poderiam ali colidir dois incêndios: o que vinha de Castanheira, que circundou Pedrógão, e o que vinha de Góis/Alvares.»

Isto para dizer que eu não fui nunca ouvido durante o processo de combate e nos dias a seguir. Tivemos comissões de trabalho iniciais em que estive a liderar a Sr.^a Presidente da CCDRC, Prof.^a Ana Abrunhosa, a quem deixo os meus calorosos cumprimentos pela forma como se comportou, como uma verdadeira senhora, e pela forma como soube liderar todo esse processo muito difícil.

Respondendo objetivamente à questão do Sr. Deputado, a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande não foi vista nem achada para a construção ou reconstrução seja do que fosse.

Posso dizer-lhe que, na semana e meia inicial em que tivemos os *briefings* diários até ao acionamento do Fundo de Calamidade Europeu, houve várias reuniões e que, a determinada altura, a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, da Graça e de Vila Facaia fomos completamente afastados do processo.

Recordo uma reunião que tivemos no salão nobre da Câmara Municipal de Pedrógão Grande com a Sr.^a Presidente da CCDRC — aí, sim, fomos convocados — e a expressão da senhora foi simplesmente esta: «Então, Srs. Presidentes, onde é que vocês andaram? Vocês conhecem tudo.» E eu disse: «Olhe, andámos no terreno a fazermos o que podíamos, a entregar essencialmente bens para os animais. Foi do que nós ficámos responsáveis. Andámos a distribuir bens alimentares dentro do que podíamos, porque fomos afastados de toda a consulta. E a senhora, se bem se recorda, chegou e mostrou-nos uma listagem que iria ser enviada para acionamento do Fundo de Calamidade Europeu.»

Nessa listagem, tanto eu como o Sr. Presidente da Junta de Vila Facaia, como o Sr. Presidente da Junta da Graça, sem termos qualquer tipo de participação — atenção, sem termos qualquer tipo de participação, porque fomos excluídos! —, estamos lá por Pedrógão e não pelo partido *a, b* ou *c*, estamos lá por Pedrógão — por isso o disse inicialmente que quero reabilitar o nome de Pedrógão. Tudo farei para reabilitar o nome de Pedrógão e para que os senhores, com esta Comissão, encontrem os responsáveis da forma como foi denegrido o nosso nome. Não somos todos ladrões! Somos pessoas que têm vontade de trabalhar e de querer e, agora, além de trabalhar e de querer temos de saber reabilitar.

Portanto, Sr. Deputado, acompanhamento não fiz, não tive, não fui convidado, não me foi dado a conhecer se iria arrancar a obra *a*, a obra *b* ou a obra *c*. Posso contar-lhe um episódio que se desenrolou passados uns meses... Uma senhora a quem ardeu parcialmente uma churrasqueira — estou a falar, objetivamente, na freguesia de Pedrógão Grande — veio a saber que algumas pessoas já tinham recebido o dinheiro ou a reparação de pequenas obras que, muito sinceramente, eu teria vergonha, como pedroguense, de estar a pedir independentemente dos milhões que pudessem estar a vir para Pedrógão Grande. Uma pintura de uma churrasqueira e uma tábuca, eu nunca pediria isso...! E o espanto é quando essa senhora se dirige à Câmara Municipal, a Câmara Municipal diz que já entregou ao empreiteiro *xpto* o valor de... E a obra não estava executada. Ela ia lá mandar vir, porque a vizinha já tinha aquilo feito e ela não tinha. Portanto, tudo isso se passou.

O acompanhamento da parte da junta de freguesia foi zero porque nunca fomos chamados para tal, mas sempre estivemos disponíveis.

Se os senhores perguntarem aos pedroguenses quem é que nas primeiras 90 horas, nos primeiros dias, nas primeiras noites, nas primeiras madrugadas estiveram junto deles... Não foi em Pedrógão Grande, porque a vila nem o fumo apanhou... Se os senhores virem a leitura do incêndio, veem que o fumo estava para poente, o incêndio foi todo para poente. A vila de Pedrógão Grande nem sequer isso apanhou. Os senhores que estavam no comando operacional nem isso apanharam. Os Srs. Jornalistas — com todo o respeito pela profissão — conseguiam ter uma ótima visão, porque nem sequer o fumo do incêndio circundava na zona.

Eu estive no terreno. Se os senhores chegarem junto de qualquer pedroguense podem saber quem foi a cara que esteve presente. Eu cheguei a ir deitar o meu secretário e eu continuei até estar mais próximo do carro de comando, onde estavam todas as... Muito sinceramente, eu fico triste se tiver de o dizer, mas os Srs. Comandantes, os Srs. Inspectores, os senhores CODIS

(Comandantes Operacionais Distritais), são pessoas que, no meu entender, foram os principais culpados disto tudo.

Sentei-me, durante horas a fio, umas semanas depois do incêndio, no hipotético sítio onde ele se terá iniciado. Eu tive 29 anos de formação de bombeiro, comecei do zero, aprendi com os homens e com as mulheres que trabalhavam na lavoura de noite e de dia e que me conseguiam dizer; «Pedro, cuidado que daqui a bocado vamos ter um vento que vai virar de norte para sul, ou de sul para norte... Cuidado, às 5 horas da manhã, quando raiar o dia, vai aquecer...». Hoje, não, excluíram toda esta massa de gente, devidamente formada, para se optar por teorias. E não se apagam fogos por mapas. Isto vai ao encontro à situação de calamidade que ocorreu.

Como estava a dizer, cheguei a estar sentado na minha mota várias horas a tentar perceber como é que aquele incêndio aconteceu. E digo-vos uma coisa: sem ninguém me dizer, consegui ler muita coisa no início daquele incêndio. Muita coisa!

Tudo muito bem, a seguir temos fatores climatéricos. Temos! Mas a seguir foram dados erros crassos de coordenação de meios — ponto final! Não posso conceber encontrar-me — não vou precisar, porque ao precisar estaria a mentir — na madrugada de dia 18, encontrar o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande a colocar uma máquina de rastos a norte da freguesia, onde o fogo se desenvolvia, mas com uma lentidão muito pequena. E não é trabalho para ele, é para uma chefia, sim, é para um adjunto de comando dele, sim, poderá ser para um segundo comandante dele. O que é que estava ali a fazer em vez de estar a ser ouvido no centro de comando? Em vez de estar a dizer; «atenção, que o fogo vai-se dirigir para ali, ou para além...» Por acaso, o vento nunca mudou, nunca tivemos o vento para nascente, porque se tivéssemos, então, aí estaríamos bem pior, ou seja, fogo a subir rio acima, a lamber Pedrogão todo e por aí acima, por Pampilhosa, sempre a andar. Isto em relação à parte técnica.

Sr. Deputado, infelizmente, e contra a minha disponibilidade, que era total, não fui chamado para assentar ou para dizer onde se deveria assentar um tijolo, 1 Kg de cimento, embora tenha apontado várias casas que, inclusivamente, algumas delas ainda estão em perigo para a via pública e, conseqüentemente, para os pedroguenses.

Mas não participei no processo porque não me chamaram ou porque, se calhar, seria uma pessoa que — se calhar não, de certeza absoluta —, desde a primeira hora, teria alertado todos os envolvidos, principalmente aqueles que foram de fora e que tinham a verdadeira missão de nos ajudar, para as coisas que se poderão ter passado ou não. Isso não consigo dizer, mas se houvesse uma coisa, e vê-la a passar por baixo desta minha pasta, podia ter a certeza de que quem nos estava a apoiar, iria saber que esse tijolo passou por baixo desta pasta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, queria apenas dar nota de que temos um sistema pergunta/resposta e compreendendo, absolutamente, o seu estado de espírito e o conjunto de elementos e informações que nos quer dar, e que podem ser úteis à Comissão e que alguns deles, até, serão um bocadinho laterais ao objeto da própria Comissão, mas fazem parte do enquadramento do depoente e não é isso que pretendo, de forma nenhuma, influenciar, no entanto, para tentarmos ganhar aqui algum ritmo no sistema pergunta/resposta, o Sr. Presidente vai ter tempo, garantidamente, para dizer tudo aquilo que possa saber ou comentar, disso pode ter a certeza.

Assim, devolvia a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, queria perguntar-lhe se tem conhecimento de quantas habitações foram sinalizadas, na freguesia

de Pedrógão Grande, para receberem apoio e se houve habitações que não foram sinalizadas, mas que terão recebido apoio público.

Sabemos que o Fundo REVITA foi também utilizado para repor o potencial produtivo da região. Queria perguntar-lhe como avalia a atribuição destes apoios na freguesia de Pedrógão Grande.

Deixo-lhe mais duas questões: tem conhecimento de alguma ilicitude na utilização de apoios do Fundo REVITA? E pergunto-lhe, na sua opinião, que necessidades decorrentes dos incêndios de 2017 faltam suprir na freguesia à qual presidiu, ou seja, que necessidades existem hoje e que, do ponto de vista da reconstrução, estão ainda em cima da mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, receio que, como o conjunto de perguntas foi alargado, possa existir a possibilidade de o nosso depoente não ter registado todas.

O depoente indica-me que fez o registo das perguntas todas, pelo que lhe passo a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, tal como já tinha dito, infelizmente, não as consigo quantificar. A junta de freguesia não tem, em arquivo, qualquer informação dada pelo município ou mesmo pelo Fundo REVITA.

Como disse, o Fundo REVITA vinha com a intenção de repor o potencial de produção em Pedrógão. Muito sinceramente, na freguesia de Pedrógão — estamos a falar de uma agricultura de subsistência — posso dizer-vos que o que o executivo da Junta de Freguesia de Pedrógão fez, dotando através do seu orçamento, foi a aquisição de mais 1500 árvores de fruto e oliveiras. Nunca vi o Fundo REVITA no terreno preocupado com essa revitalização.

É que dar cor aos campos, dar cor aos campos é a coisa mais importante. Olho, hoje, ainda para a localidade de Pobrais, em que estão as varetas todas no ar — desculpem a expressão —, estão os eucaliptos todos no ar, queimados, e em que o novo eucalipto já está a crescer género hera, já está a circundar. Já não falo só numa situação de segurança, porque é uma insegurança total ter uma árvore podre, naquele estado, mas também de revitalização, usando, até, o termo «potencial produtivo».

Quem se levanta de manhã e perdeu o filho; quem se levanta de manhã e perdeu a mãe; quem se levanta de manhã e perdeu o tio, a primeira coisa que vê quando abre a janela é árvores queimadas!

Portanto, acho que está tudo dito em relação ao Fundo REVITA, na minha opinião pessoal, porque a interação foi zero.

Quanto à ilicitude no Fundo REVITA, Sr. Deputado, como disse, a interação foi zero, pelo que não poderei comentar essa ilicitude. O que se ouviu é uma coisa, o que se pode provar é outra.

Mas é a tal situação... Como eu descrevi — e o Sr. Presidente permitiu-mo, naquela, digamos, entrada inicial — muito se podia fazer. Com tantos valores que ouvi falar que existiam, muito se podia fazer, nem que fosse construir o barracão de um senhor que, há 50 anos o tinha construído, a ganhar 2 tostões por dia, e onde agora arrecadava lá as suas ferramentas; nem que fosse comprar uma enxada e ir levá-la novamente àquele agricultor... Isso, sim, seria verdadeiramente repor o potencial produtivo, porque a nível empresarial — e olhando para Pedrógão Grande — não tivemos grandes indústrias atingidas.

Tivemos uma indústria atingida na Graça, mas que sabe bem como se mexer... Foram duas indústrias atingidas diretamente, mais uma carpintaria — portanto, estamos a falar ali na Graça — e creio que foram todas apoiadas, estão em laboração.

Portanto, em Pedrógão Grande, objetivamente na Freguesia de Pedrógão Grande, não tivemos perdas significativas, a não ser esse carinho que podia ter sido dado, essa ferramenta que podia ter sido comprada, a reposição do galinheiro, a reposição das galinhas, a reposição das ovelhas, que era necessário para dar vida àquela gente, motivo pelo qual a junta afetou o seu orçamento corrente e comprou árvores – aliás, as árvores não foram distribuídas indiscriminadamente; as árvores foram distribuídas em 10% das que tinham sido perdidas por cada proprietário.

As equipas da junta estavam no terreno e diziam: estão 50 oliveiras queimadas, vamos repor 10%, estão aqui, já, mas ficamos com o apontamento de que estão as 50. É que, depois, pediu-se à segurança social uma listagem, bola; pedimos uma listagem à câmara municipal, bola; acabámos por ser nós a ter de ir ao terreno, perceber aquilo em que podíamos e tínhamos capacidade técnica e financeira para poder ajudar e fazermos algumas coisas, porque, de resto, chamados para intervir, não.

Houve uma grande falta de conhecimento, do REVITA e de quem liderou o REVITA, essencialmente do terreno, porque acredito que muitas das pessoas que estiveram a liderar o REVITA faziam, única e simplesmente, o IC8 (Itinerário Complementar n.º 8) e a A13 (autoestrada n.º 13) Lisboa-Porto-Coimbra. Não sabem onde é Pobrais, não sabem onde é Casal da Francisca, não sabem onde é a Agria...

Tal como o Sr. Tenente-Coronel, que me dizia: «Mas a Derreada tem de ser evacuada...», ao que respondi: «Ó Sr. Tenente-Coronel, desculpe, então, quem é que vai acudir à Foz do Carriçal, quem é que vai à Ervideira? Estão lá pessoas! Eu passei lá, passei lá com as chamas a baterem na carrinha da junta! Então, quer dizer, vão evacuar o aglomerado populacional maior que temos, sendo o local para alojar essas pessoas na capela, que é dos pontos mais altos, vão trazê-los para o ponto mais baixo e esquecem todos os outros que estão?!»

Tivemos sorte, não virou o vento, porque senão havia muito mais mortes... Teria de haver muito mais preparação... Por exemplo, eu tive de estar às 3 da manhã do dia 18 a ligar os ares condicionados da casa mortuária a 18° C, porque estávamos a preparar e a forrar os chãos com plástico, para receber, inicialmente, todos os corpos que iriam ser transferidos da EN236 (estrada nacional n.º 236) e de outros locais... Eu estive a fazer isso, chegaram a entrar lá 6 corpos. Digo-vos uma coisa: não é nada bonito de ver! Nada bonito de ver! Nada! E depois, ver aquelas famílias... Por isso digo: ajudem-nos a reabilitar Pedrógão. É do que nós precisamos, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, quero questionar se tem conhecimento de residências primárias que tenham ficado por recuperar e que tenham sido danificadas, que devessem ser abrangidas pelo Fundo REVITA, e se tem conhecimento de residências secundárias que tivessem recebido, indevidamente, financiamento para a sua reabilitação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, tal como disse anteriormente, a Junta de Freguesia foi colocada completamente fora do processo de requalificação e reabilitação dos imóveis.

Objetivamente, quanto às habitações primárias, houve pessoas... Atenção, isto não é de uma forma oficial, porque não entrou nenhum documento oficial dessas pessoas na Junta de Freguesia, mas estou no terreno e, desculpem a expressão, não sou surdo e não sou cego, mas havia pessoas que, realmente, tinham sido afetadas e que não viam a resolução do seu assunto com a brevidade de outras — e, nesta situação, o caso que está na

minha mente nem é, objetivamente, na freguesia de Pedrógão Grande —, que mudaram a sua residência de um dia para ou outro e que viram a sua situação resolvida. Inclusivamente, isso começou a notar-se, até, quando ainda tínhamos presente connosco — e aqui, e desculpem o calão, façó-lhes a minha continência — o Regimento de Fuzileiros, que nos apoiou de uma forma inequívoca, inigualável, como nunca vi, com uma coordenação enorme, naqueles dias e aqui deixo as minhas congratulações a esse Regimento de Fuzileiros que esteve em Pedrógão Grande, pois foram eles que coordenaram todas as refeições — estamos a falar de cerca de 1000 homens no terreno, em combate. Aliás, se eu me chegasse ao pé deles e dissesse «tenho cinco pessoas que precisam de se alimentar, que têm andado a dar apoio», imediatamente me abriam as portas e diziam: «se faz favor, venham; se eles estiveram a trabalhar, que venham comer.». Perguntavam-me: «Presidente, tem pessoas, nas localidades, que precisem de uma alimentação quente?» e, ao responder que tinha, só perguntavam «então quantas quer?» Eu dizia x e era o que preparavam. Grandes homens!

Na situação das habitações primárias, posso dizer-lhe que eles, induzidos em erro, foram cobrir uma habitação secundária — com lonas, inicialmente — sem, primeiramente, cobrirem as primárias. Isto é um exemplo.

Respondendo à pergunta objetivamente: que, no seu todo, houve inversões de prioridades, houve; houve. Houve inversões de prioridade!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, para terminar, quero questionar, então, que medidas deveriam ter sido tomadas, em sua opinião, para que estas inversões de prioridades, que relata, não se concretizassem.

É de lamentar que, ao longo de todo este tempo, exista ainda um vasto património florestal em péssimo estado, no pós-incêndio, e que pesa sobre a vida das pessoas, de quem lá vive, mas também de quem visita.

Lembro-me, por exemplo, do concelho de Castanheira de Pera, que tem um parque de madeira ardida à entrada do concelho, que relembra quem entra e quem sai a catástrofe que ali ocorreu nesse ano e que, ainda hoje, esse assunto está por resolver.

Portanto, há um conjunto de medidas que vão para além do âmbito desta Comissão de Inquérito, que não vale a pena aprofundar – não é este o momento para tal –, mas termino assim a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes: — Sr. Deputado, começo a sentir... Começo a sentir Pedrógão.

O que faria? Primeiro que tudo, se eu chegasse a um local... E já o fiz muitas vezes, normalmente em situações de catástrofe, de aflição, e, como referi há pouco, estive 29 anos efetivos nos bombeiros, a escalar os degraus todos dentro do corpo ativo até chegar a um quadro de chefia, dá para recordar muitos ensinamentos.

Primeiro, o REVITA devia conhecer o terreno; segundo, o REVITA devia ter ouvido todas as entidades que estiveram no terreno e que fizeram um trabalho excelente, nomeadamente no começo os Fuzileiros, o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). A segurança social não sei o que lá andou a fazer, porque hoje dizia uma coisa, amanhã dizia outra, hoje estava um técnico, depois de amanhã estava outro; isto, agora, é um desabafo: relativamente a atos psiquiátricos, hoje está um médico no centro de saúde a dar apoio às pessoas que, ainda hoje, procuram esse apoio, amanhã está outro, isto quando sabemos que um tratamento psiquiátrico deve

ser sempre feito pelos mesmos recursos humanos, para não se estar sempre a contar as mesmas histórias e a recordar as mesmas situações. Portanto, eu, aí, teria trabalhado de muito perto e teria envolvido as comunidades locais.

Em relação às comunidades locais, posso dizer-lhe, por exemplo, que, em Pedrógão Grande, temos, aproximadamente, 16 associações. Durante os oito anos em que fui presidente de junta e durante os oito anos em que fui tesoureiro de junta e em que encontrei uma junta virada de pernas para o ar – mas isso não interessa, a auditoria está lá, marcou o momento da chegada e marcou o momento da partida –, eu costumava dizer, muitas vezes, que só essas associações que estão no terreno diariamente, em cada localidade, é que podem dizer verdadeiramente o que necessitam para aquela localidade.

É que posso passar pelas 57 localidades de Pedrógão a pé, como fazia muitas vezes – e ainda hoje faço algumas, porque não deixei de ser pedroguense –, chegar à câmara municipal e dizer: «Olhe, colocaria ali um caixote do lixo». Isto é totalmente errado. Devo é envolver-me com a comunidade. Se tenho uma associação, tenho de chegar junto dessa associação, porque esta é composta por várias pessoas, de várias idades, de vários pensamentos, e a resposta deles poderia ser: «Eu preciso é ali de um vidrão, não preciso do caixote do lixo; o caixote do lixo está lá em baixo». Ou seja, eu estava a tentar ajudar, mas não satisfazia a necessidade das pessoas e o mesmo se aplica ao REVITA. O REVITA devia ter estado no terreno e devia ter, de uma forma identificada, ou não, chamado essas associações que trabalham como todos nós, de uma forma abnegada em prol das suas localidades.

A junta de freguesia podia ter feito mais, sim, se nos tivessem dotado de recursos financeiros para tal. Embora não tivéssemos técnicos, tivemos uma grande onda de solidariedade de todos os pedroguenses e de todos os portugueses espalhados pelo País e pelo mundo. Qual era o problema de chegarem e dizerem: «A reconstrução dos barracões agrícolas fica a cargo

das juntas de freguesia»?! No diálogo que tive, que está escrito e arquivado em sede própria, com o Sr. Ministro da Agricultura de então, disse-lhe: «A forma como o senhor pensa indemnizar não é correta, por isto, por isto e por isto...». Trocámos, inclusivamente, correspondência, até que chegou o momento em que o Sr. Ministro falou diretamente comigo. Só que, infelizmente, lá por falar comigo e ser ministro — e respeito-o perfeitamente —, ele não sentia realmente as necessidades que havia no terreno. No terreno, as coisas eram diferentes! As coisas eram difíceis de aplicar.

Posso dizer-lhe que, quando foi acionado o processo, a um sábado ou a uma sexta-feira à noite, às onze e tal da noite, foram dadas 72 horas corridas, ou seja, três dias para todos os produtores irem reclamar as suas perdas. Havia pessoas que ainda nem sequer tinham chegado a casa, havia pessoas que ainda nem sequer tinham limpado os quintais, quanto mais ido às hortas para ver as perdas. Mas assim foi.

Posso dizer-lhe, a título de exemplo de abnegação, o seguinte: a minha carrinha tinha sido recentemente pintada. Já não conseguia andar na carrinha da junta, numa 4x4. Peguei na minha carrinha e fui porta a porta, nas localidades afetadas, entregar o aviso às pessoas, que tinham até segunda-feira ao final da tarde para reclamar essas perdas. Isto não é trabalho. O que é andou a segurança social a fazer no terreno todos os dias?! Nada! Então, elas, quando estiveram porta a porta, não deviam ter logo, de imediato, sinalizado essas situações?!

Andou-se a fazer trabalho atrás de trabalho, desgastámo-nos todos e a conclusão foi: os recursos que podiam ter sido bem aproveitados não o foram.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes e agradeço o testemunho que nos trouxe.

Sr. Doutor, quero começar por uma frase que nos trouxe na sua intervenção inicial: «Reerguer o nome de Pedrógão Grande». Esta é, de facto, uma frase lapidar numa Comissão de Inquérito em que houve uma intenção da parte de quem a agendou, de quem quis fazer dela uma forma de levantar a suspeição sobre as vítimas, sobre quem perdeu todo o esforço de uma vida.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Não é nada disso! Nada disso!

O Sr. **João Dias** (PCP): — De facto, o PCP tem manifestado, nas sucessivas audições, a sua preocupação quanto aos efeitos que esta Comissão pode provocar, até porque, ao longo das audições já realizadas, a ideia da fraude, a ideia da corrupção, a ideia das más intenções tem vindo a desvanecer-se.

De facto, o que entendemos é que importa identificar o que falhou em termos de apoios, em termos do que falta ressarcir aos lesados, a quem o Governo anterior poderia ter acudido e não acudiu, mas, acima de tudo, não queremos que seja através desta Comissão que se venha a apontar o dedo às vítimas do concelho de Pedrógão Grande.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Por amor de Deus! Devia ter vergonha!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Entendemos que deve ser feito um levantamento daquilo que existia previamente aos incêndios, daquilo que foi

feito em termos de apoios e daquilo que existe atualmente, porque é esse balanço que importa, relativamente a todo este drama.

Para nós, os incêndios são mais uma parte do círculo vicioso do abandono dos territórios, do despovoamento que acontece nestes territórios do mundo rural e do interior. Importa que isso se possa, de uma vez por todas, inverter.

Há uma ideia que tem passado até nesta Casa, na Assembleia da República, e é essa, aliás, a intenção por parte do Governo e dos sucessivos Governos – aliás, sempre que existem incêndios de grande dimensão, no ano seguinte, o Governo que estiver em funções imediatamente diz que está no caminho certo e que já fez tudo o que havia para fazer.

Ora, a verdade é que a dimensão e a complexidade dos incêndios em Portugal e das suas causas não se resolvem de um ano para o outro; é preciso tempo, muitas vezes são precisas décadas. A verdade é que não há ninguém que possa admiti-lo. Quem está nos territórios e quem vive estes dramas quase de uma forma cíclica sabe perfeitamente que não estamos no caminho correto e sabe, acima de tudo, que demora tempo, que se precisa desse tempo e que se vá na direção correta e, muitas vezes, não se assume o caminho correto.

Quero, por isso, questioná-lo sobre o que é que continua a faltar nos diversos planos. Já disse que, no plano industrial, as perdas não foram muito grandes, mas, principalmente no plano agrícola e no das famílias, quero perguntar-lhe o que é que continua a faltar.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o que é que existe?! Não existe nada. Nada mesmo.

Entendeu o Governo iniciar em Pedrógão uma zona em que os proprietários teriam obrigatoriamente de fazer a georreferenciação dos terrenos.

Ainda hoje, vários pedroguenses, porque estou disponível, inclusivamente pedroguenses da minha geração – estamos muito poucos em Pedrógão –, pessoas que estão fora e que têm alguma capacidade financeira para poderem investir, quando veem os hectares ou os metros quadrados que os avós tinham, questionam-me: «Pedro, neste metro quadrado posso plantar objetivamente o quê?». Respondo-lhes: «Objetivamente, não sei o que é que podes plantar». Eles dizem: «Se calhar, vou optar por um medronheiro». Respondo: «Eh pá, acho que está em curso uma revolução estratégica tão grande para Pedrógão Grande, para termos novamente o pulmão do País a funcionar, que, se calhar, os sobreiros que vais plantar, e que vais dar 12 € por cada um, amanhã vão ser plantados numa zona de corta mato e arrancam-tos todos». Ou seja, uma desorientação total, respondendo objetivamente. Repito, uma desorientação total. Não há regra tida em conta. Com tudo o que se gastou e se fez gastar aos proprietários com a georreferenciação, ninguém sabe o que plantar, onde plantar e os eucaliptos voltam.

Não tenho nada contra o eucalipto, atenção. Sou uma pessoa que já combateu fogos com eucaliptos e com pinheiros e sou sempre a favor da limpeza, isso sim, das matas e da conservação. É preciso haver zonas para conseguirmos entrar com os carros, sabendo que os conseguimos virar a meio, para não chegarmos a meio e ficarmos lá com ele preso e, conseqüentemente, perdermos alguém, como acontece muitas vezes. Hoje, as pessoas cansam-se de fazer 10 ou 12 km ao final de uma noite de trabalho para ver se a viatura pode entrar ou não e a viatura é mandada e comandada por um mapa... Muitas vezes, aconteceu-me mandarem-me para o sítio A, olhava para o mapa e dizia: «Desculpe lá, Sr. Comandante, está a mandar-me para o sítio A, mas o fogo já passou por lá há três ou quatro horas».

Portanto, nada foi feito, nem em termos da riqueza da floresta, nem dos acessos a essa floresta. Nada! Nada foi feito em termos das zonas de contenção, das zonas tampão, nem dos equipamentos que se podiam criar na floresta para reabastecimento de viaturas, para que o combate seja mais eficaz. É que estamos a falar ainda de zonas consideráveis de deslocação. Quando o médio vai ao combate e vem ao autotanque para abastecer, perde-se imenso tempo, e o tempo, tal e qual como no socorrismo, é a coisa mais importante que temos. Se, naquele momento, conseguirmos apagá-lo, tudo muito bem, senão, já vamos ter de correr muito, muito, muito atrás dele.

Sr. Deputado, feito, não vejo nada. Pergunto ao REVITA... Nunca ninguém do REVITA falou comigo. O que é que posso plantar na Derreada Cimeira?! Não sei. O que é que posso plantar na Mó?! Não sei. O que é que posso reflorestar no Sobreiro?! Não sei. E todos esses terrenos foram georreferenciados. Para quê?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. João Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, estamos a falar da questão da reposição do potencial produtivo, tendo o Sr. Doutor já referido que a junta não foi tida nem achada para nada relativamente a estas matérias, quer a agricultura, quer a floresta, quer as segundas habitações, quer as perdas que as famílias sofreram.

Quanto à reposição do potencial produtivo, disse-nos há pouco que a junta de freguesia acabou por atribuir 10% das perdas, em termos de árvores de fruto, o que quer dizer que alguma informação tinha.

O Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes: — Já respondi a isso!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Relativamente ao processo da reposição do potencial produtivo, o Sr. Presidente sabe que havia aquelas categorias de apoio, nomeadamente: até aos 1053 €, eram apoiados por parte da segurança social; dos 1053 € aos 5000 €, eram apoiados por parte do Fundo REVITA; a partir daí, era feito um processo altamente burocrático e complexo que afastou muita gente dos apoios.

Ou seja, aquilo que quero perguntar-lhe, Sr. Presidente, é se conheceu algum agricultor ou produtor que tenha tido perdas superiores a 5000 € - estou a falar de 10 000 € ou de 15 000 € -, mas, devido à complexidade do processo, ou a qualquer obstáculo ou barreira no processo, tenha preferido candidatar-se aos 5000 €, porque, pelo menos, aqueles estavam garantidos, por ser simplificado e por virem diretamente do Fundo REVITA, perdendo aquilo a que tinha direito na reposição, que era, muitas vezes, mais do dobro ou do triplo.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se bem se recorda, quando o executivo da junta de freguesia deliberou atribuir, no imediato, 10% da perda, isso veio num contexto: o contexto de que nada se fez, ou seja, a segurança social, que andou no terreno, e todas as outras entidades não nos conseguiram dar uma listagem de nada e teve de ser a junta de freguesia a fazer essa listagem.

Como não havia também resposta imediata por parte dos produtores ou dos fornecedores das árvores, para que conseguíssemos chegar ao número máximo de pessoas, foi entendido darmos, inicialmente, 10%. Ou seja, para conseguirmos demonstrar às pessoas que estávamos ali e que queríamos ver o verde novamente no campo deles. Foi o que eu disse: o levantamento foi feito por nós, junta de freguesia, não foi feito pelo REVITA nem por

ninguém, nem o REVITA me perguntou o que é que eu tinha feito sobre isto ou sobre aquilo.

Sobre a situação do financiamento, dos 1053 € pagos diretamente pela segurança social, dos 5000 € pagos pelo REVITA, inicialmente, também aí a minha conversa com o Sr. Ministro da Agricultura, Capoulas Santos e a minha questão e a correspondência trocada entre a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande e o Ministério foi exatamente sobre o processo burocrático que existia para irmos dos 1053 € aos 5000 €, que depois se instalou dos 5000 € aos 60 000 €, aos 70 000 €, aos 10 000 € ou aos 15 000 €.

O processo burocrático afastou muitos produtores e desencorajou-os ainda mais quando não houve o cuidado, no meu entender, de perceber se a percentagem a investir pelo agricultor seria exequível num curto espaço de tempo, ou seja, de perceber se, repondo de imediato o seu potencial, ele estaria em condições para daí a um ano pagar a primeira prestação ou os primeiros juros da parte que lhe competia, porque havia uma parte comparticipada pelo agricultor.

Houve muita gente que se afastou, que baixou os braços e que disse «vou para os 5000 € porque não consigo, não tenho possibilidade de...». Estou a lembrar-me de quatro ou cinco pessoas, nomeadamente de um produtor de ovinos que, graças a uma pessoa que acabou por lhe ceder os terrenos em Pedrógão, terrenos vedados, e esse produtor não tinha dinheiro para comprar uma estaca para meter numa vedação, e estamos a falar de uma estaca que pode ir de 2,5 € a 4 €. Ele não tinha dinheiro para comprar uma estaca, muito menos para alimentar os animais e não houve essa preocupação. Já não digo estacas, mas se o REVITA tem pegado em 10 000 € para comprar vigas de cimento e repor as vedações desta gente toda... Porque o cimento já não arde e depois não voltaríamos a cair no problema em que se caiu, que acho que é transversal ao País, de os agricultores estarem a comprar a madeira tratada que veio dos incêndios em 2017 e 2018 no

Pinhal de Leiria e de a madeira estar completamente podre, porque foi tratada à pressa. Estamos a mandar dinheiro à rua.

Resumindo: sei e conheço pessoas que desistiram porque era demasiado burocrático. O que é que eu teria feito? Teria posto todos os recursos do município ao dispor desses agricultores, no sentido de os ajudar a elaborarem os projetos e a obterem a melhor forma de financiamento. Era o que eu teria feito se estivesse no papel do REVITA e no papel do município de Pedrógão Grande, com todos os técnicos e recursos humanos objetivamente a trabalhar nisto, em vez de andarem para trás e para a frente a passear.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Presidente... Presidente à data dos factos, atual ex-Presidente, mas, de todo o modo, qualificado como Presidente ao longo da audição.

Sr. Deputado João Dias, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado.

Claramente, dos 5000 € em diante, estamos a falar de uma medida que, no PDR 2020, é uma medida de investimento. Ou seja, estamos a tentar suprimir prejuízos das vítimas com uma medida de investimento, o que lhes iria trazer também encargos. Naturalmente, é uma medida que não é muito ajustada nessa situação.

O que quero questionar, muito claramente, é se conhece alguém que tenha abandonado a atividade agrícola. Percebemos que estas gentes têm muita resiliência e muita força para manter aquilo que é deles, ainda que tendo perdido, muitos deles, tudo o que tinham, mas, mesmo assim, vão buscar forças onde parece que já não existem para se manterem ativos. Pergunto-lhe se conhece alguém que tenha abandonado a agricultura e, inclusivamente, alguém que tenha abandonado o território.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Estamos a falar no PDR 2020 e parte do apoio para qualquer obra não é apoio na totalidade. Por isso, houve várias pessoas com perdas de 15 000 €, 20 000 €, 17 000 €, 12 000 €, 13 000 €, que, única e simplesmente, aceitaram os 5000 € e disseram «não vou fazer mais nada».

Em relação a essa questão, há um senhor que faz produção de ovinos que, quando já estava a baixar os braços — e daí o motivo de eu falar nos paus, há pouco, se bem se recorda —, teve a sorte de haver um pedroguense que tinha os terrenos vedados e que lhos cedeu para ele poder continuar com a atividade, porque da parte das entidades envolvidas com a preocupação de repor o potencial produtivo, pelo que conheço, não foi dado o apoio merecido e devido, porque, continuo a dizê-lo, não deveria circular dinheiro, mas, sim, espécie.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Queria questioná-lo relativamente à floresta.

O Sr. Presidente já falou de aspetos que não foram considerados na criação desta Comissão, nomeadamente da segurança. Falou já muito da segurança e esta é um apoio, um apoio que falhou e que poderá ter sofrido melhorias, mas necessita, naturalmente, de reforço e de aprofundamento das melhorias.

Quanto à floresta, qual é a situação atual em termos de gestão? Ou seja, sendo Presidente naquela altura e conhecendo o território, naturalmente,

questiono: qual era a gestão que a floresta tinha naquela altura? Que dificuldades encontrava e quais as causas dessas dificuldades na gestão da floresta por parte dos proprietários?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, os proprietários perderam tudo. Quem perdeu, perdeu tudo!

Voltando atrás, quando se fez a georreferenciação dos terrenos, quando se fez o mapeamento, a cartografia, todos pensámos que iriam arrancar medidas de obrigatoriedade com o cunho desta nossa Casa de que o local *A* seria uma zona de segurança, o local *B* poderia levar sobreiro, o local *C* levaria medronheiro, o local *D* levaria pinheiro, o local *E* levaria outra árvore qualquer... Era isso que se pedia.

Segurança? Segurança, Sr. Deputado? Convido-o, com todo o gosto, a percorrer comigo os caminhos florestais e os caminhos de acesso às localidades e depois falamos de segurança. Como ainda há pouco referi, as varetas estão no ar... Portanto, acho que está tudo dito.

Quanto a segurança já muito se fez?! Onde? Em Pedrógão? Hum... Em Figueiró? Hum... Em Castanheira? Hum...

O Sr. **Presidente**: — Só para fazer um esclarecimento, é que na gravação ficará «hum...».

Risos.

Era útil que fosse um pouco mais claro, embora seja também vídeo. Queria referir que não existia nada, era isso?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Deduzimos, por isso, que esse «hum...» significará «não, não foi feito nada».

O PCP tem alertado muito para.... Tal como disse há pouco, os problemas das florestas não se resolvem de um momento para o outro, porque há problemas que já deveriam ter sido resolvidos há décadas e ainda não o foram. A questão do rendimento, por exemplo, porque não se consegue gerir o espaço florestal nem os donos dos terrenos conseguem geri-los se não tiverem rendimento para manterem a floresta limpa e em condições.

A verdade é que, na questão do cadastro — já que se referiu a ela quero questioná-lo —, o PCP alertou que seria importante conhecer não só os donos dos terrenos como também os terrenos dos donos. Esse cadastro não se preocupou mais em conhecer apenas a delimitação dos terrenos e em conhecer os seus donos para cobrar coimas em dobro?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sinceramente, e respondendo diretamente à sua questão, devolvo a resposta: não sei qual foi o objetivo desse cadastro! Porquê? Porque não vi nada implementado no terreno, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Terminada a primeira ronda de perguntas do Grupo Parlamentar do PCP, dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande – a quem tratarei também por Presidente por facilidade de condução dos trabalhos desta audição –, tendo já respondido a dois colegas e a dois partidos, acho que é notório que há aqui um tom e até um conteúdo objetivo de respostas diferente dos da maioria dos depoentes que tivemos. Não diria da totalidade, porque se cruza com respostas que alguns depoentes deram em relação a algumas questões, mas o tom geral é diferente do que aconteceu até aqui. Portanto, como esta Comissão tem de apurar factos, é fundamental aprofundarmos aquilo que é dito para podermos depois avaliar em confronto com outras opiniões.

Estamos aqui, essencialmente, pelo que aconteceu em Pedrógão e a sua primeira frase, que também registei, de reerguer o nome de Pedrógão, tem muito mais a ver com pessoas e, portanto, mais do que as circunstâncias territoriais identitárias, o que aconteceu naqueles incêndios foi especialmente chocante pelas consequências que teve ao nível de vidas humanas e não devemos, nunca, desfocar-nos daí.

Portanto, faço uma pergunta que ainda não foi feita: do conhecimento que tem do terreno, como correu o processo indemnizatório às famílias das vítimas?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como certamente sabeis, na freguesia de Pedrógão Grande, felizmente, não tivemos a perda de nenhuma vida humana. As freguesias mais afetadas foram Vila Facaia e Graça. Consequentemente, não acompanhei de perto nem fui chamado para acompanhar de perto qualquer processo indemnizatório ao nível das perdas das vítimas. Portanto, tudo o que possa dizer sobre isso... não vou dizer porque não conheço.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, isso aplica-se também a feridos que necessitaram de cuidados de saúde e de internamentos prolongados, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Feridos tivemos. Quanto à sua questão sobre se considero a forma indemnizatória célere, eu colocaria outra questão, que é a seguinte: considera correta a forma de indemnização? Eu colocaria as duas questões.

Sim, acho que, a dada altura, havia a necessidade de tapar tudo com dinheiro, foi o que senti, e estamos a falar de pessoas queimadas — o Vítor, o Zeca, o cunhado do Zeca... — que estiveram meses e meses a fio nos hospitais, com pouca presença física das pessoas que governavam, das pessoas que estavam à frente dos destinos das autarquias e do Governo. Portanto, quanto a presença física e carinho, houve muito pouco ou nada e, inclusivamente, isto foi várias vezes dito da boca deles.

Quanto à forma de distribuição, e indo objetivamente à situação dos feridos, que poderá ser transversal às vítimas de perdas, acho que há pessoas que não estão preparadas para receber quantias tão elevadas de dinheiro.

Portanto, inclusivamente, chego a questionar-me se essas pessoas estão a precaver o futuro e se o Serviço Nacional de Saúde vai continuar a dar-lhes os tratamentos de que eles necessitem daqui a 15 anos. Se calhar teria atribuído aquele valor, mas haveria uma parte cativa para situações futuras, porque estamos a falar de pessoas com o corpo totalmente queimado, em que hoje até se está *OK*, mas vamos envelhecer e, pergunto: haverá recursos para depois efetuarmos os tratamentos necessários? Haverá o tal foco em Pedrogão Grande e de ajuda que o País deu aos pedroguenses? Por isso, levanto essa questão em cima da questão do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A resposta foi bastante para fora em relação ao que tinha perguntado, mas leva-me, neste caso, a perguntar o seguinte: pessoas que estejam nessa situação são, naturalmente, pessoas que, ao longo da sua vida, terão, no Serviço Nacional de Saúde, os cuidados de que necessitarão e, portanto, em nenhum momento, haverá uma rutura da ligação que essas pessoas têm ao nosso sistema de saúde que faça com que sejam elegíveis num momento ou noutro.

O que eu estava a perguntar era se, em algum desses casos, o Serviço Nacional de Saúde não cobriu as necessidades de cuidados das pessoas e se isso fez com que as pessoas tivessem de recorrer a alguns cuidados de saúde fora do Serviço Nacional de Saúde e, caso isso tenha acontecido, efetivamente, os montantes que receberam foram ou não suficientes para cobrir esses cuidados? Isso levanta a questão que está a colocar em relação

ao futuro, mas as perguntas são sequenciais. À partida — qualquer um de nós, enquanto Deputados, defenderá que assim seja —, é o Serviço Nacional de Saúde, por prestação direta ou mesmo que seja por prestação indireta, se não tiver eventualmente a capacidade a partir dos próprios meios de prestar esse cuidado, que indica quem os preste e pagar por essa despesa.

Portanto, quero perguntar-lhe se tem algum indício que não tenha sido assim ou que possa não vir a ser assim no futuro.

O Sr. Presidente: — Para responder.

O Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes: — Sr. Deputado, de forma clara e inequívoca, o Serviço Nacional de Saúde comportou-se de uma forma verdadeiramente heroica.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Ah! Está bem!

O Sr. Pedro Manuel Luís Silva Nunes: — O que questionei foi a presença das pessoas que tinham capacidade de governação/responsabilidades autárquicas no seu acompanhamento e no das famílias durante o percurso de tratamento que foi feito e coordenado pelo Serviço Nacional de Saúde.

Sobre a outra parte da questão, houve alguns equipamentos que eles compraram que conseguiram ser mais céleres — estou a falar nomeadamente de cintas, ligaduras específicas, etc. — do que propriamente uma requisição, que passa por não sei por onde... De facto, esses apoios ajudaram-nos a chegar lá, para responder objetivamente à sua questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, até pelos exemplos que está a dar, presumo que sejam todas situações que sejam perfeitamente enquadráveis dentro daquilo que financeiramente as pessoas receberam a título indemnizatório.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Claramente sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só para que isso fique esclarecido.

Relativamente à outra matéria, devo dizer-lhe que entra mais no campo da apreciação moral de atos que não cabem a esta Comissão de Inquérito, de maneira nenhuma, avaliar. Portanto, não vou desenvolver.

A questão do potencial produtivo, designadamente a nível industrial, pela ideia que tem, quer pela pequena dimensão do impacto negativo que teve, quer pelo facto de essas unidades industriais estarem a laborar, disse que não haveria problema, mas sabemos que é diferente no que diz respeito à questão agrícola e florestal.

Já falou muito destas e nós também temos falado muito nas questões que temos colocado e essa é, provavelmente, a que mais certo bateu certo com outros depoimentos que aqui tivemos; bate é completamente errado com o discurso público e oficial das autoridades, porque também aqui, no Parlamento, nos foi dito sempre pelos responsáveis governativos que o que tinha acontecido em Pedrogão Grande era razão para que, do ponto de vista do ordenamento florestal, mudasse muita coisa. Aliás, foi dito que aquela região ia ser uma região-piloto para a aplicação de novas orientações do ponto de vista do ordenamento florestal. O que se tem passado — neste caso, o que o Sr. Presidente vem dizer, confirma o que já várias pessoas disseram nesta Comissão — é que de diferente há muito pouco.

Portanto, o que está a acontecer, naquela região, não é uma reflorestação ordenada, não é sequer uma reflorestação, é uma regeneração natural na sua esmagadora maioria, ou seja, do ponto de vista florestal, não houve a definição do que me disse acerca de como o mosaico — o termo certo é este — deveria ser preenchido, não houve uma preocupação de definição, ainda que o mosaico não estivesse definido, de quais as espécies a plantar e o que há é uma regeneração natural. Também não faço juízos de valor em relação às espécies florestais, mas a realidade é que a espécie que regenera por si é o eucalipto. Portanto, o que existe, neste momento, é uma prevalência de eucalipto mais desordenada do que havia antes do incêndio.

É isso que pode concluir-se?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Pouco tenho a responder. Concordo plenamente com as palavras do Sr. Deputado. Nada mais tenho a acrescentar em relação ao que disse. Fez-se passar algo no terreno que não existe. Isso é uma realidade.

Usando, então, o ensinamento, o mosaico não é do conhecimento e do domínio público. Como lhe digo, tenho amigos da minha geração que não se importavam de investir e não sabem. Perguntam-me: «Então, sabes?». Eu respondo: «Pá, não. Nem imagino o que esteja a ser feito!».

Isso urgia e urgia também a situação do renascimento dessas espécies, que está a criar problemas futuros para combate muito, muito graves. Inclusivamente posso dizer que foram usadas as estradas de caminhos florestais, os madeireiros, na sua profissão, com todo o respeito, fizeram uso desses caminhos florestais para retirarem a madeira com a celeridade possível, contudo esses caminhos florestais não foram repostos, ou seja, há sítios onde, por exemplo, com a minha moto 4, não consigo passar — e com

a moto 4 passo, praticamente, por todo o lado, é quase um carro de combate —, porque foram os tratores, etc... Estamos a falar de estradões de acesso que amanhã, para o combate, são necessários. Isso deveria ser um trabalho, pelo menos para repor.

Nós, em Pedrogão Grande, tínhamos o orgulho de termos uma rede de acesso florestal muito considerável e muito trabalhosa, que nos dava, por exemplo aos presidentes e aos executivos das juntas, muito trabalho. Por exemplo, o António pedia uma abertura para o pinhal A mas só que, antes de chegarmos ao António, tínhamos de passar pela propriedade do Manuel e do Joaquim e o Joaquim dá-se mal com o António e com o Manuel e tínhamos de conseguir fazer com que todos ficassem com perda produtiva, mais ou menos, do mesmo monte, no sentido de termos um caminho com continuidade.

Há muitos caminhos que estão abertos, neste momento, em que tenho dificuldades em fazer uma inversão de marcha com a moto 4, quanto mais com um carro de bombeiros... No passado, conhecia e sabia que, naquele estradão, podia entrar com o carro de bombeiros de frente e não fazia os tais quilómetros a pé para ver se virava ou não; agora, chego ali a uma determinada zona e nem para trás, nem para a frente: o carro fica lá. Quem não tiver esse cuidado, percorrendo novamente essas estradas e fazer um levantamento cuidado destas, aí, sim, aproveitando os fundos europeus e os fundos que estão ainda disponíveis, para requalificar pelo menos isso, já que o potencial produtivo não está reposto de forma ordenada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Queria também colocar aqui a questão — penso que foi talvez a primeira vez ou, se não foi a

primeira, não tem sido uma matéria muito abordada — do combate ao incêndio e ao que se passou nas operações de combate.

É uma área que conheço bem e, por isso, queria colocar-lhe algumas questões porque, devo dizer-lhe, por princípio, conhecendo a área e tendo tido responsabilidades nessa matéria, um posto de comando de um incêndio, ainda por cima com aquela gravidade, deve ser isso mesmo, ou seja, um posto de comando e, por isso, tem de ter quem operacionalmente seja responsável e, sendo responsável, tem a obrigação de saber a quem tem de pedir a informação de que precisa para o combate e tem de haver uma boa articulação entre o pilar operacional e o pilar institucional.

Sei como era no meu tempo, como se fazia, não sei como foi feito na altura. O que é fundamental é que a informação institucional relevante chegue a quem está a comandar do ponto de vista operacional, sem que isso perturbe a operação, e que quem tem a responsabilidade operacional saiba a quem perguntar o que é relevante do ponto de vista da informação operacional.

Pergunto-lhe o seguinte: isso era claro? O senhor não teve acesso, mas havia entidades não operacionais no posto de comando, isso foi público. Pergunto-lhe se o número de entidades que estiveram no posto de comando, nas horas mais críticas, pode ou não ter sido... Estou a perguntar-lhe pelo que invocou da experiência de bombeiro, portanto tem conhecimento para saber isto.

Para quem não saiba e para contextualizar, cada entidade relevante que vai a um posto de comando obriga a um *briefing* a essa entidade e a que se desvie uma parte da atenção que está a ser dada ao combate ao incêndio para a transmissão de informação à entidade que entra nesse posto de comando.

Pergunto-lhe se, numa altura em que não havia essa articulação com quem melhor conhece o terreno, havia, por obrigação, um desvio da atenção de quem estava no posto de comando do ponto de vista operacional por

necessidade de estar constantemente a dar informação a entidades que iam visitar esse posto de comando nessa altura crítica.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Acho que já respondi, mas com todo o gosto volto a responder.

Eu, presidente de junta de 57 localidades, dos 57 km² de área da freguesia de Pedrogão Grande, nunca entrei no posto de comando, nem me foi pedida qualquer estratégia. Estive ao lado do posto de comando, com voz de prisão, quando questionei o caso da Ervideira, como já disse.

Respondendo objetivamente — e desculpem-me as pessoas que lá estiveram de forma abnegada e séria, com gosto e conhecimento sobre o que estavam a fazer —, aquele posto de comando, ao longo dos dias, pareceu-me mais um posto de vaidades do que propriamente um posto de comando. É mesmo isso e não tenho outro adjetivo a não ser esse! Portanto, estiveram lá pessoas externas que não deveriam ter estado e deveriam ter sido chamadas pessoas por terem conhecimento do terreno, da topografia, do comportamento do próprio incêndio e até da leitura da própria floresta que estavam envolvidas, que, repito, deveriam ter sido chamadas para antecipar.

Posso dizer-lhe que, naquelas horas de que falei há pouco, sentado na minha mota, estive a tentar perceber como é que o incêndio tomou aquelas proporções. Continuo a dizer que logo no início do incêndio – e só depois é que falei com camaradas bombeiros que aferiram o que consegui ler no terreno: Castanheira de Pera teria sempre entrado por norte de Pedrogão Grande, no estradão, que encurtava o caminho e que ia diretamente à cabeça do fogo. Hoje, preocupam-se muito os senhores CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) em flanquear o incêndio. Ao flanquear o incêndio nunca estamos a debelar o incêndio! Temos de ter a capacidade de ir à cabeça

do incêndio. Os meios aéreos ajudam-nos imenso a acalmar o fogo, mas se os meios terrestres não forem ao local não se apaga o fogo... O fogo não pode estar ao pé do Sr. Deputado e depois envia-se água para aí; tenho de ir ao pé dele e matá-lo pela raiz, pela base da chama. São princípios básicos que estão mais do que ensinados. Não é preciso os professores catedráticos virem dizer como se faz. Aproveitem, sim, a mão-de-obra mais barata deste País, os bombeiros que sabem, e ponham esses homens e mulheres novamente no terreno.

Sou muito apologista do comando único. Naquelas alturas de aflição, como referi, quando saímos, normalmente, alguma coisa de novo vamos apanhar — por mais experiência que tenhamos vamos apanhar coisas novas e não estamos preparados para elas — e o comando único aplica-se desde o cimo da cadeia até cá em baixo. Quem está a chefiar, chefia; quem está a dar ordens, dá ordens. Quem tem a capacidade de dar ordens também tem a capacidade de errar e depois, no final, tem a capacidade, muitas vezes de perder, como eu. Eu fazia, e faço, e há testemunhos... Afastei-me dos bombeiros, fui convidado a afastar-me dos bombeiros por causa das horas obrigatórias, mas essa é outra situação que a legislação impôs, se calhar também por vontade do comando, mas muito bem...

Isto para dizer que aproveitem a mão de obra que têm, aproveitem o conhecimento destes homens e mulheres que durante décadas deram tudo aos bombeiros. Andávamos horas, dias, sem ninguém saber onde andávamos e como andávamos e sobrevivemos a isso tudo.

Aqui não houve orientação, não houve comando, não houve uma mão de ferro a comandar as operações. É o meu entendimento.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Pedro Nunes, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande.

A primeira nota é que o Grupo parlamentar do PS se apresenta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitada de forma potestativa pelo PSD, de forma séria e, com já aqui temos repetido, não colocando as vítimas como culpados.

O Sr. ex-Presidente disse que era altura de reerguer Pedrógão. Esta frase já aqui foi muitas vezes citada e pergunto-lhe diretamente o que quis dizer com esta frase.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. ex-Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Costa, respondendo de uma forma inequívoca, temos de reabilitar o nome de Pedrógão foi o que eu disse; não disse «reerguer», disse «reabilitar».

Disse «reabilitar» porque o que se passou, e passa ainda, e sinto-o na pele ainda hoje quando digo que sou de Pedrógão Grande, e digo-o com todo o orgulho, é que as pessoas olham para mim de lado... Foi mais um que roubou.

Portanto, o que vos peço é que rapidamente cheguem a conclusões nesta Comissão e que deem matéria aos portugueses no sentido de estes tirarem as suas próprias conclusões. Já passaram 3 anos!

Quando fiz 25 anos de casado estive fora do País e só no último dia é que a guia que me acompanhou durante 8 dias e um ex-presidente de junta açoriano ficaram a saber de onde eu era, porque eu dizia que era de uma localidade perto de Coimbra. E sabe porquê? Porque no dia em que me vou

a sentar pela primeira vez numa mesa o tema da conversa eram os ladrões de Pedrógão. Portanto, cheguem a conclusões rapidamente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. ex-Presidente, compreendo a sua afirmação, mas também disse aqui que o que se fala é uma coisa e o que se prova é outra.

Contudo, uma nota: julgo que a sua expressão foi «reerguer Pedrógão». Eu registei e outros partidos também registaram, mas depois na gravação se verificará....

Disse que o que «se fala é uma coisa e o que se prova é outra» e falou novamente — o que subscrevemos — que não podemos ver o povo de Pedrógão como ladrão ou como alguém que vigariza o Estado. Estamos obviamente ao lado da população de Pedrógão, pessoas sérias, honradas e de trabalho, como certamente em todo o País, pois não é exclusivo dessa população, e por isso coloco uma pergunta muito concreta.

Dizendo que existiam situações em que se coloca esta população como tendo feito algo que não devia, também disse que o que se fala é uma coisa e o que se prova é outra. Pergunto: o que tem de concreto a dizer a esta Comissão sobre factos ilícitos que possam ter acontecido em Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, se eu tivesse provas de factos ilícitos já as teria colocado, não precisava de me perguntar por elas.

Agora, o que passa é que se diz «o vizinho A recebeu e eu não recebi», e não há uma entidade que nos consiga dizer: «houve uma listagem de eletrodomésticos; foram entregues ao A, ao B, ao C, ao D»,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Então, não há?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — ... «houve um carregamento de materiais de construção; foram entregues ao A, ao B, ao C, ao W.» Não há! E o vizinho A pode, de forma exagerada ou correta, dizer que o B recebeu, da forma que bem entender. Porquê? Porque não há listagens de nada. Nada! Era de forma aleatória.

Ainda na distribuição dos bens de alimentação — estamos a falar das primeiras horas pós-incêndio —, havia pessoas que vinham à Santa Casa da Misericórdia de Pedrogão Grande, a seguir iam à Junta de Freguesia da Graça, a seguir iam à Junta de Freguesia de Pedrógão e, se fosse preciso, ainda iam à Junta de Freguesia da Castanheira buscar bens... Estamos a falar de bens alimentares e naquela altura havia pessoas que realmente necessitavam mas outras nem tanto. As que necessitavam eram aquelas que perderam tudo. Este é um exemplo que posso dizer sobre a questão que me colocou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Deixe-me dizer que, se calhar, esse tipo de suspeições, esse dizer sem provas, acaba por levar também à contaminação da própria opinião pública sobre essa matéria.

Disse que não conhece listagens, mas deixe-me dizer que o relatório do Tribunal de Contas é publico. Conhece-o?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. ex-Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Não, Sr. Deputado.

Sendo público, depois das eleições, foi decisão minha, por questões de saúde, essencialmente, afastar-me um pouco, apesar de manter a minha posição como Deputado da Assembleia de Freguesia, e quando não tinha casos concretos, objetivos, de perda de vidas, de Pedrógão Grande procurei não esmiuçar mais. Queria, sim, resultados e...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Esperando naturalmente que essas questões de saúde estejam resolvidas, porque a saúde é mais importante do que qualquer outra questão, queria dizer que não deixamos de achar estranho ter estado aqui numa audição, lançar um conjunto de suspeições e dizer, inclusive, que não existe uma listagem quando o Tribunal de Contas não diz isso.

Por isso, questiono-o sobre se também não acha estranho vir para esta audição, levantar um conjunto de suspeições sobre um conjunto de entidades quando o relatório da entidade a quem compete a fiscalização em ponto algum diz que não existe listagem, em ponto algum diz que a segurança social não esteve no terreno. Pergunto eu: está a dizer que o Tribunal de Contas está errado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. ex-Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, a segurança social esteve no terreno. O trabalho feito por ela é que não foi sequencial, não foi aproveitado. Eles estiveram todos os dias, desde a primeira hora, no terreno, só que chegava-se ao final e o resultado do trabalho era zero, motivo pelo qual, inclusivamente, quanto às árvores ardidadas em cada quintal ou em cada horta, na freguesia de Pedrógão, tivemos de fazer o levantamento porque ninguém nos passava esses dados.

Quando falo em listagem não falo na listagem do Tribunal, que diz que existe a listagem. Sr. Deputado, então, invocando aqui não o desconhecimento, mas, sim, o facto de querer ter mais informação, poder-me-á ser facultada a listagem com nomes concretos e objetivos sobre a quem foram dados eletrodomésticos? A quem foi dado o cimento? A quem foi dada roupa? Consegue essa listagem, Sr. Deputado? Não estamos a falar só de dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. ex-Presidente, como perceberá, não podemos inverter os papéis e ser o depoente a pedir os elementos aos Deputados. De todo o modo, se bem entendi o que disse, na sua convicção, não haverá essas listagens. Elas são públicas, existem ou não existem e qualquer um de nós poderá concluir com base naquilo que é o relatório do Tribunal de Contas.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Sr. Presidente, obviamente que o Sr. ex-Presidente poderá consultar o relatório do Tribunal de Contas. Todos os grupos parlamentares receberam informação, sendo que uma é pública e outra não o é, mas em relação ao relatório do Tribunal de Contas ele existe e depois pode tirar conclusões sobre essa matéria.

Disse que apresentou um conjunto de sugestões a entidades sobre apoios que estavam mal colocados, nomeadamente ao Sr. Ministro da Agricultura, entre outras entidades. Correto?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Objetivamente, estamos a falar na situação dos subsídios pagos diretamente pela segurança social, os 1053 € e os 5000 €.

Se bem se recordam, inicialmente, para chegarmos a estes 5000 € de uma forma direta, já se teria de obedecer a um conjunto enorme de requisitos e foi aí que a junta de freguesia expos ao ministério da tutela que não concordava com essa situação, porque não havia capacidade de as pessoas para fazerem esse pedido e os técnicos que deveriam estar afetos a esse trabalho, a apoiar as pessoas, não o faziam, motivo pelo qual, depois, isso foi, então, alterado para os 5000 € atribuídos diretamente pelo REVITA e muitos dos que tinham 14, 15, 10, 12 000 baixaram para os 5000 €.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa (PS)**: — Sr. ex-Presidente, não foi nada disso que eu questioneei; questionei-o sobre se enviou sugestões aos ministérios, às autoridades competentes sobre estas matérias.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim, enviei ao Ministério da Agricultura uma sugestão sobre esta matéria da atribuição dos 5000 € e dos 1053 €.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda tem essa documentação em sua posse?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Está em arquivo na Junta de Freguesia de Pedrógão Grande.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Vamos solicitar também essa documentação.

Disse também, e é importante que fique registado, que os apoios aos prejuízos agrícolas, por exemplo, foram de 3,4 milhões de euros, o que correspondeu a 58% do REVITA — um valor superior ao das primeiras habitações, afirmo eu.

Há pouco, falou também do contexto de os vizinhos não se darem. Acho que é uma nota para colocar aqui outro assunto, porque é importante, estando numa Comissão de Inquérito e tendo alguns poderes judiciais, aferirmos toda a situação que vivia o concelho de Pedrógão nesse momento.

Como era a sua relação pessoal com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Relação pessoal? Posso recordar — ainda estamos em 2017, ainda não tinha acontecido o que aconteceu — que a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande esteve mais de seis meses à espera, depois de pedidos escritos, para ser ouvida pelo autarca Presidente da Câmara de Pedrógão Grande.

Com o cidadão Valdemar não tive nenhuma quezília pessoal que viesse a afetar esse relacionamento. Não percebo é por que é que não havia desenvolvimento de assuntos que eram comuns, de interesse comum, e em

que, muitas vezes, poderíamos até encurtar recursos e custos — visto que para a localidade A se deslocava uma carrinha da câmara e no mesmo dia para essa localidade A iam trabalhadores da junta, podiam trabalhar de forma articulada, diminuindo os custos ao erário público, o que, diminuindo esses custos, nos capacitava para outras intervenções.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Compreendendo, então, que existiam algumas questões institucionais em que não havia concordância, questiono também, até porque é importante que isso fique em *ata* para enquadrar a sua prestação nesta Comissão de Inquérito, sobre o que aconteceu nas eleições autárquicas de 2017 em Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — O povo votou.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Nós sabemos, mas o Sr. ex-Presidente foi candidato à junta de freguesia?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, essas listas também estiveram afixadas em tribunal.

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, para ficar claro, darei a resposta: o Sr. ex-Presidente foi candidato pelo Partido Social Democrata às eleições, perdeu as eleições e, provavelmente, grande parte ...

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — E depois?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O povo decidiu, o povo foi soberano e, por isso, independentemente de todas as outras análises, também é importante isto ficar em *ata* para se perceber se também não há aqui alguma celeuma, ou seja, há pouco dizia-se que os vizinhos não se davam com vizinhos, mas também sabemos que o Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão também tinha sido eleito no mandato anterior por outra força política e é importante que isso fique colocado em *ata*.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Isso é que é uma pergunta?

O Sr. **Hugo Costa** (PSD): — Insistiu também em dizer que existiu a necessidade de tapar tudo com dinheiro e que existiam pessoas que não estavam preparadas para receber esse valor.

Gostava que explicitasse melhor esta afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, sabe o que me leva a dizer sobre esses possíveis conflitos partidários locais? Nas autarquias locais não se olha aos partidos, olha-se às pessoas!

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Eu fui sempre candidato pelos pedroguenses, por Pedrógão, somente. Somente isso!

Não é por dor alguma de ter perdido as eleições que faço ou que comento seja o que for. Estou aqui, como disse no início, como pedroguense, por Pedrógão, a pedir a vossa ajuda para reabilitar, reerguer — como entenderem e como tenho dito — o nome de Pedrógão Grande. Somente isso! Acabem com as suspeições, ponham cá fora todos os conhecimentos, de forma clara, como se passou com muitos outros. Ponham cá fora todos os conhecimentos, todas as conclusões a que chegaram de forma a os portugueses verem que os pedroguenses não são ladrões.

O Sr. **Presidente**: — E sobre a pergunta em concreto, ou seja, o comentário que fez sobre haver pessoas que, possivelmente, não estariam preparadas para receber tanto dinheiro? Salvo erro, foi essa a expressão.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Ah, sim.

É natural que com pessoas de fracos recursos financeiros mensais que, de um momento para o outro, ficam com centenas ou largas dezenas de milhares de euros, tenha havido algum aproveitamento de outros e mesmo essas pessoas não tenham tido a capacidade de gerir. É aí que acho que — e agora já nem quero falar de entidades — deveria ter havido um acompanhamento na gestão desses recursos dessas pessoas que estavam habituadas a gerir 200 ou 300 € por mês e que, de momento para o outro, têm ali dezenas...

Sabemos perfeitamente — acho que isto é transversal a todo País e ao mundo — que uma pessoa quando tem dinheiro ou cheira a dinheiro tem muitos amigos, e é o que se passa. E, depois, quando essas pessoas vão a ver têm uma mão cheia de nada!

É por isso que acho que se tivesse sido entregue de uma forma gradual e se se tivesse ensinado as pessoas a gerir era mais justo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela explicação.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — As indemnizações advêm de um quadro legal aprovado nesta Casa e não compete ao Estado — e na sala estão até pessoas com formação jurídica, que eu não tenho — tutelar esses valores e o seu uso. Obviamente, compete ao Estado acompanhar, mas não tutelar.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Compete, compete!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas continuando a audição,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dê-me só um segundo para criarmos as condições para poder prosseguir e o nosso depoente poder ouvir bem.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Disse várias vezes não conhecer os números do REVITA, porque também não foi consultado pelas entidades, mas também andou no terreno para ter alguns dados, nomeadamente da segurança social... Tinha dados, não tinha dados ou foi à procura dos dados? Não percebemos bem, até porque nos parece que existe aqui algum conflito no que disse, ou seja, por um lado, disse que não tinha dados sobre o REVITA mas, por outro, também disse que andou no terreno para ajudar a dar esses dados. Pode completar esta informação?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, quando falámos foi sobre uma questão objetiva acerca das habitações primárias e secundárias. Foi esse o contexto em que respondi, creio eu. Não estou tão baralhado.

Daí já passámos para a questão da reposição do potencial produtivo, já passámos pela parte psíquica de cada uma das pessoas, dos idosos com 80 anos e com a cabeça entre as pernas a dizerem «tenho a horta toda queimada, não tenho nada para comer este ano.» Já passámos por isso tudo...! Não estou a falar, pura e simplesmente, se tinha dados, ou não, da segurança social. Eu não os tinha, não me foram facultados. Os dados que eu ia transmitindo eram daquilo que se via diariamente no terreno, ou seja, a Junta de Freguesia de Pedrógão foi posta completamente à margem antes das eleições, repito, antes das eleições. Isto nada tem a ver com as eleições, é preciso que fique bem claro. Estou aqui sem qualquer ressentimento sobre seja o que for; estou aqui para dizer aquilo que sei, não estou aqui para inventar nada do que não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. ex-Presidente, tenho mais algumas questões para colocar e para aproveitar o tempo vou tentar colocá-las de forma rápida.

Disse que houve inversões de prioridades, nomeadamente nas questões das primeiras e segundas habitações. Como não podemos estar aqui em conversas de café, entra aspas, e temos de colocar as afirmações tal como são, pergunto: quantas e quais foram essas alterações das prioridades?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Quando falei, objetivamente, falei do trabalho da Marinha, mais propriamente do Corpo de Fuzileiros, no tapamento de telhados. Para mim, todos eram prioritários, independentemente de habitações primárias ou secundárias, mas nesta situação logo se viu que havia pessoas mais influentes do que outras ou, se calhar, pessoas que se moviam melhor ou que faziam chegar essa informação de uma outra forma e aqueles que tinham habitação primária não viram os telhados cobertos enquanto aqueles que tinham habitação secundária viram. E aí está também a questão que levantei sobre o desempenho da segurança social no terreno, porque ela visitou, juntamente com IRHU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) todas essas habitações.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Sr. ex-Presidente, julgo eu, não pode afirmar isso sem sistematizar quantas e quais. Caso contrário, está a levantar falsas suspeições.

Quantas e quais foram essas habitações? Casos concretos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. ex-Presidente Pedro Nunes, tem algum caso concreto para nos apresentar?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — De memória, não. De memória, não vou arriscar dizer nenhum. Sei onde eles se passaram, principalmente um, junto ao IC 8, em que a pessoa mudou rapidamente, ou seja, habitava até num concelho vizinho e passou a habitar lá para, depois, essa casa ser reabilitada.

Mas isso...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, solicito que relembre ao Sr. ex-Presidente quais são as competências judiciais desta Comissão de Inquérito, e que, de duas, uma: ou tem casos concretos para dizer, ou seja, a pessoa *A*, *B*, *C* ou *D* cometeu um ilícito, ou, então, não pode levantar aqui falsos testemunhos do «diz que disse», ou de que a casa junto ao IC8...

Sr. ex-Presidente, queremos que nos diga casos concretos de pessoas que tiveram apoios que não deveriam ter tido, alterando prioridades. Colocou esta questão e por isso o questiono. Caso eles não existam, deixe-me dizer-lhe que não pode vir para uma Comissão de Inquérito, que tem poderes judiciais, levantar falsos testemunhos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, respondendo ao seu repto, queria dizer o seguinte ao nosso depoente e a toda a Comissão: a bem dos nossos trabalhos, ajudam-nos imenso factos, ajudam-nos imenso documentos e ajudam-nos menos apreciações e opiniões.

Não estou com isto a dizer que o Sr. ex-Presidente esteja a omitir a verdade, a mentir ou a distorcer; o que acontece é que não podemos dar como concluído como um facto o «pareceu-me que», «alguém andou mais depressa», «alguém não viu»...

Como perceberá, fica mais difícil concretizar este facto. Se tiver hipótese de o fazer, ótimo e daremos isso como um facto; se não e disser que vai reunir e fazer chegar isso à Comissão documentalmente, ótimo também; se disser que é sua convicção mas não tem elementos, que isso fique aqui consignado que é uma impressão sua, mas que não tem factos que a suportem.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Presidente, agradeço o esclarecimento.

Também importa dizer, e isto não é desculpa, que sabendo que o tema era este podia ter reunido alguma documentação para base de suporte a nível de documentação,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Para uma Comissão de Inquérito era o mínimo!

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — ... só que a convocatória em si também não é específica. Inclusivamente, vi a grelha de trabalhos e disse: «mas quais serão as questões?»

É certo que não devo estar aqui a exprimir opiniões pessoais. Dentro do que me for facultado, porque infelizmente há muita coisa que não me é facultada, com todo o gosto, irei fazer chegar a esta Comissão, à qual, se depois entender que me deverá chamar novamente, virei de novo com todo o gosto.

O Sr. **Presidente**: — Embora o Sr. Deputado já tenha excedido o tempo, tem a palavra para concluir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente, até porque fui interrompido durante na minha intervenção.

Agradecendo ao Sr. ex-Presidente da junta de freguesia as questões, queria dizer que, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, temos a convicção de que apenas exprimi opiniões, levantou um conjunto de suspeições sem apresentar provas, o que é algo que contraria todos os princípios basilares de uma Comissão de Inquérito e não reabilita o nome de Pedrógão Grande, ajuda até a que o nome de Pedrógão Grande continue a ser mal visto, porque para apresentar suspeições é preciso apresentar provas

e, deixe-me dizer, Sr. ex-Presidente, que não apresentou uma única prova de todas as afirmações que fez.

O Sr. **Presidente**: — Embora seja mais conclusivo do que qualquer outra coisa, tem a palavra o Sr. Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr. Deputado, olhe só para a floresta de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Para terminarmos a primeira ronda falta o PSD, pelo que dou a palavra à Sr.^a Deputada Olga Silvestre.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. ex-Presidente Pedro Nunes, a quem agradecemos a disponibilidade para estar aqui nesta Comissão de Inquérito e nos prestar os esclarecimentos necessários, em primeiro lugar, queria dizer, em jeito de nota prévia, que também sou do distrito de Leiria e conheço bem Pedrógão Grande.

As nossas primeiras palavras, em nome do PSD, como não podia deixar de ser, são para todos aqueles que, direta ou indiretamente, foram vítimas dos incêndios de 2017. O PSD lamenta profundamente a tragédia ocorrida e está sempre ao lado das vítimas e na defesa dos seus interesses e, Sr. Deputado João Dias, tudo o que diga em sentido contrário é mero ruído para desviar a atenção do objeto desta Comissão de Inquérito.

Enaltecemos também a onda de solidariedade, até então nunca vista, e deixamos aqui também a nossa homenagem aos bombeiros voluntários vítimas dos incêndios e a todos os bombeiros voluntários que incessante e incansavelmente lutam todos os anos no combate a este flagelo.

Ao tempo em que ocorreram os incêndios de Pedrógão Grande, o senhor era Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão. Por isso, o senhor

vivenciou, certamente na primeira pessoa, como já aqui teve oportunidade de relatar, a tragédia e o drama que ocorreu aos pedroguenses.

É, pois, na sequência da sua vivência e do conhecimento direto que teve que pretendemos que nos esclareça. O Sr. ex-Presidente de junta, Pedro Nunes, não está aqui a ser julgado, está aqui a prestar declarações na Comissão de Inquérito e quem tem de fazer prova é a Comissão de Inquérito, tendo em conta o objeto a que se propôs, e não é o senhor que tem de vir fazer prova; o senhor tem de relatar com verdade o que lhe é questionado.

Seguramente que, sendo um autarca de freguesia, o senhor tem uma relação de proximidade com todos os seus fregueses e eu, que também sou autarca, sei que, seguramente, o senhor conhece pelo nome cada um dos seus fregueses na altura e sabe exatamente a vivência que cada um tinha e o dia a dia de cada um, tanto mais que exerceu o seu cargo de autarca durante os anos que aqui já referenciou.

E é nessa qualidade, com essa vivência e com esse conhecimento que o PSD o vai questionar, correndo o risco, obviamente, de repetir algumas das questões que já aqui foram feitas, mas, mesmo assim, o PSD não deixa de fazer as questões que entende serem necessárias para esclarecer a verdade.

Sr. Presidente, na sua freguesia — e referindo-nos, aqui, à reposição do potencial produtivo —, tem conhecimento de quantos agricultores ou produtores agrícolas foram apoiados pelo Fundo REVITA, tendo em atenção que este apenas contemplava o regime simplificado, cujo reembolso seria de 1053 € a 5000 €?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente Pedro Nunes.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, muito obrigado pelas questões e pela apresentação.

Objetivamente, não tenho conhecimento de quantos produtores foram apoiados pelo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — E tem conhecimento de quantos se candidataram ao PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020), para apoios superiores a 5000 €?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, tal como disse, não havia conversação com o REVITA, não havia conversação com o município, não tenho conhecimento de quantos se candidataram.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — De acordo com a sua experiência, ou com a sua vivência, considera que foi justa a opção de indemnizar os agricultores, cujo valor de indemnização seria até aos 5000 €, através do Fundo REVITA, ou deveria ter sido o ministério da agricultura a fazer a reparação desses danos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Como já tive oportunidade de dizer, quanto menos dinheiro circulasse, melhor. Todos os valores deveriam ter sido entregues, essencialmente, em material e espécie.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Pergunto-lhe, Sr. Presidente, se tem ideia do valor que o Fundo REVITA disponibilizou para o apoio e restabelecimento do potencial produtivo na sua freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, não tenho conhecimento objetivo do valor empregado pelo Fundo REVITA na freguesia de Pedrógão Grande, na reposição do potencial produtivo.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Mas, do que conhece, dos agricultores que conhece, todos foram indemnizados ou alguns ficaram por indemnizar?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, como já tinha dito, havia pessoas que tinham necessidade de uma indemnização maior, contudo, face ao processo burocrático a que se viram obrigadas e à não capacidade financeira de alavancarem esses novos projetos, houve pessoas que abandonaram, que deixaram de...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Desculpe, não percebi. Abandonaram a agricultura, foi? Não percebi.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Abandonaram os projetos que tinham.

Portanto, estamos a falar de pessoas que se tinham de candidatar a projetos de 15 000 € ou de 20 000 €, que não tinham capacidades técnicas nem intelectuais para o fazer, e que acabaram por se resignar com os 5000 €, que acabaram por não reconstruir aquilo que realmente perderam.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Então, posso concluir que ficaram prejudicados?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço desculpa, convém deixar que lhe passe a palavra, senão, a certa altura, perdemos aqui a disposição.

Faça favor de continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, então, posso concluir que muitos agricultores ficaram prejudicados?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, como não estou aqui para falar em termos pessoais, diria o seguinte: uma entidade, a segurança social, que vá ao terreno e coloque essas questões diretamente e dê o resumo dessas questões, como organismo oficial, a esta Comissão, para sustentar a resposta à questão que me colocou.

Ponham as entidades que andaram no terreno, junto dos pedroguenses, junto dos agricultores de subsistência, a procurar a resposta a essa mesma questão, clara e objetiva, como a senhora ma colocou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, muito obrigado pela sugestão.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Em tempo, será inquirida, seguramente, a segurança social.

Outra questão, que ainda não foi aqui muito afluada, mas que já foi abordada, é a linha de crédito para estacionamento de madeira queimada de resinosas. Foi utilizada na sua freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — A linha de crédito para estacionamento, ouvi falar dela... Aliás, não na linha de crédito. Ouvi falar num grupo de madeireiros com o qual tenho relacionamento diário que havia necessidade de se fazer o que se fez em 1993, ou seja de se fazer um parque de madeiras para que houvesse um controlo do preço. Só que nunca vi isso implantado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, quanto às empresas, já aqui abordou o assunto, mas gostava de saber quantas empresas é que foram afetadas na sua freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Empresas na minha freguesia... Portanto, houve ali uma situação de uma serração, digamos que parcial, no parque envolvente ao mesmo...

Na freguesia de Pedrógão, de que tenha conhecimento, não houve mais nenhuma perda a nível de indústria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — E essa empresa foi totalmente indemnizada, quer a nível de infraestruturas quer a nível de outros bens?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Não sei responder, terá de perguntar aos gerentes da empresa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Mas, atualmente, está em laboração?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, faça favor.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim, nunca parou a laboração.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Pegando nas suas palavras e no que já aqui referiu aquando da inquirição inicial, o senhor disse que não foi tido nem achado e não foi chamado, sequer, para dar a sua opinião ou para participar em qualquer recuperação.

Pergunto-lhe: porque é que não foi tido nem achado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, porque quem tutelava esse organismo entendeu, e falo, então, em nome da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande — e irão ter oportunidade, certamente, de estar com os presidentes de junta de Vila Facaia e Graça, de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Bairradas, mas não sei quem é que virá ou não —, que eu nunca fosse ouvido. Nunca fui chamado.

Sempre que me foi solicitada opinião e ajuda, estive presente, tanto que abri — e repito —, quando começámos esta sessão, descrevendo o que se passou com a, na altura, Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), Prof.^a Ana Abrunhosa, em que, durante dias, pós-incêndio, trabalhámos em conjunto e em que, depois, fomos completamente afastados.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Volto a perguntar o seguinte: foi afastado por quem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Então, antes que o português seja mal-interpretado: não fomos chamados.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Não foi chamado por quem?

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Por quem tutelava a organização, por quem tutelava o REVITA, por quem tutelava a segurança social, por quem tutelava os organismos que estavam a dar apoio direto no terreno.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Já percebemos que a freguesia não acompanhou diretamente este processo.

A minha pergunta é a seguinte: e o município, acompanhou ou teve qualquer papel na apresentação de candidaturas a apoios na sequência destes incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, refere-se a que município?

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — A minha inquirição é sempre sobre Pedrogão Grande, sempre.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, tal como também já disse, aquando a Presidente da CCDR Centro veio para Lisboa, para entregar a listagem com as perdas levantadas pelas várias entidades no

terreno, no sentido de acionar o fundo de calamidade europeu, esse trabalho foi produzido pelo município de Pedrogão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Desculpe, não percebi. Esse trabalho foi...?

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Foi produzido pelo município de Pedrogão Grande, o que tive conhecimento.

Claro que, depois, houve a junção de todos os concelhos, para atingir os 500 milhões de euros que, se não estou em erro, era o que era necessário para acionar o fundo de calamidade europeu.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, só um segundo, para garantir que a gravação está a ocorrer, sob pena de estarmos em trabalho de Comissão que, depois, não fica gravado, não é transcrito e que é trabalho perdido, completamente.

Srs. Deputados, faríamos um intervalo de 5 minutos — mas 5 mesmo! —, aproveitando esta pausa e permitindo também o cumprimento de algumas obrigações legais do nosso depoente.

Srs. Deputados, dentro de 5 minutos prosseguimos, tão logo haja também condições de transmissão.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos reiniciar a nossa audição ao Sr. Pedro Nunes, na qualidade de ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrogão Grande.

Estava no uso da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, a Sr.^a Deputada Olga Silvestre, a quem devolvo a palavra, para prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — No âmbito da Lei n.º 108/2017, foram estabelecidas medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais de 2017, designadamente apoios no âmbito da saúde, psicológico e social, e também apoios para a reconstrução e recuperação de habitações.

Sr. Presidente, na freguesia de que era Presidente, quantos agregados familiares foram vítimas dos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sr.^a Deputada, com todo o respeito pela sua questão, e para não errar, não estou devidamente preparado para poder responder, objetivamente, a essa questão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Volto a repetir, e ficamos satisfeitos se nos disser, aproximadamente, qual o número.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, aproximadamente...

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Estamos a falar, então, numa linguagem diferente. Como há pouco, me pediam para ser objetivo e falar com suporte documental...

Posso dizer-lhe que mais de 30 famílias, entre 30 a 40 famílias, foram diretamente atingidas pelo incêndio em 2018.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, o senhor está a ser inquirido e, no âmbito dessa inquirição, o senhor responde de acordo com a sua vivência, não é de acordo com documentos ou documentalmente; para isso a Comissão de Inquérito solicita o que tiver de solicitar.

Na sequência da sua resposta, pergunto: essas famílias tiveram os apoios necessários, designadamente no âmbito da saúde, social ou psicológico?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, pode responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Na minha opinião, no imediato sim, de uma forma que também já relatei, ou seja, não entendendo como é que há um tratamento psiquiátrico de oito em oito dias e os técnicos, neste caso os médicos, que vinham de Coimbra, estavam a trocar entre si... Pergunto-me se, no apoio psicológico, isso é serviço que se faça. Acho que não! É a minha opinião pessoal! Um técnico, um médico psiquiatra, que está com determinado doente, deve seguir o doente do princípio ao fim, ou o máximo de tempo possível e o que acontecia era de 8 em 8 dias trocavam... Isto era do conhecimento público, não do conhecimento oficial, que os técnicos mudavam com frequência, os psiquiatras principalmente.

Sim, houve o cuidado, porque, inclusivamente, notei que, no princípio, havia o foco das televisões sobre Pedrógão Grande e queria-se fazer tudo diferente para melhor. Depois, à medida que o tempo foi passando, começaram a acontecer esses casos que acabaram por não ser devidamente expostos, até no sentido de os próprios ministérios poderem dar diretrizes contrárias às que se estavam a aplicar no terreno. Estamos a falar na saúde e essa foi uma situação que se viveu.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra para terminar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Para terminar, podemos concluir que no âmbito do apoio psicológico alguma coisa falhou. É isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim, poderia ter sido um apoio diferente e deveria continuar a ser, porque não passou.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda de perguntas, entramos na segunda ronda, que, conforme sabem, é de 5 minutos seguidos a cada grupo parlamentar com resposta global no final.

Portanto, antecipo, desde já, Sr. Presidente, que é melhor começar a tomar notas, porque, depois, o número de perguntas é elevado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, devo estar a fazer confusão, mas julgava que a segunda ronda seria iniciada pelo PS.

O Sr. **Presidente**: — Então, se calhar, a confusão é minha. Ia manter o mesmo modelo do princípio até ao fim.

As férias não fazem só bem, também fazem mal!

Srs. Deputados, o modelo que eu ia seguir, e estava convicto de ser o modelo até hoje seguido, era o de que quem inicia faz a primeira, a segunda e a terceira rondas em primeiro, é sempre igual. Há uma rotação entre grupos parlamentares e, portanto, aquele que inicia uma ronda inicia todas as outras.

Os Srs. Deputados chamaram-me a atenção para que, aparentemente, não seria esse o hábito da Comissão e eu estou disponível para...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, provavelmente, estarei equivocado, mas a perceção que tinha era a de que, de facto, nas situações em que iniciava na primeira ronda um grupo parlamentar diferente daquele que tem maior representatividade, nas rondas seguintes voltava a ser pela ordem de representatividade, mas poderei estar equivocado e, naturalmente, não quero alterar aquele que tem sido o hábito e a *praxis* desta Comissão e, nesse sentido, penso que o Sr. Presidente deve manter o modelo das outras reuniões.

Foi quase como um impulso de perceção que eu tinha, para tentar esclarecer isto, mas, provavelmente, estarei equivocado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não sei qual de nós está equivocado e pedia a ajuda dos Srs. Deputados para me lembrarem qual é o modelo que tem sido seguido.

Sr.^a Deputada Emília Cerqueira, faça favor.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Daquilo que tenho memória, sem quaisquer certezas, parece-me que tem sido a lógica de que quando as audições são aprovadas pela Comissão

vai rodando e depois roda durante a audição inteira, o que, aliás, parece-me ser a única posição coerente.

Na primeira ronda começou o Bloco, na segunda ronda começará o Bloco, parece-me ser coerente, independentemente do nosso melhor interesse, ou não, a cada momento. Portanto, parece-me que deveria começar o Bloco. Não tenho nada a opor quanto a nenhuma dessas situações, mas parece-me que esta é a única coerente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ultrapassado este pequeníssimo incidente, em coerência, manteremos o modelo que eu estava a seguir e, portanto, o partido que inicia, inicia até ao fim e o partido que fecha, fecha até ao fim.

Portanto, a segunda ronda começará com o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

Entretanto, dou a palavra à Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, com o devido respeito, acho que deve ser seguido o que se fazia anteriormente. Portanto, os Serviços podem fazer o favor de verificar numa das *atas* efetivamente o que ocorria.

Para maior clareza, julgo que é preferível fazermos isto, porque há aqui dúvidas. Nestas coisas existem dúvidas e existem interesses, portanto o melhor é seguirmos o que temos seguido até agora.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer uma breve pausa para consultar a *ata* e confirmar esse facto.

Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, tem a palavra.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, recordo-me do seguinte: quando são os potestativos, está definido como inicia, mas o que o Sr. Presidente tem feito é iniciar com o partido requerente e depois não ocorre a sequência numérica, digamos assim, dos partidos, ou seja, volta ao início e, depois, a segunda ronda não começa pelo potestativo, começa pelo maioritário. Acho que tem sido assim, mas...

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, fazer uma breve pausa para averiguar.

Pausa.

Srs. Deputados, foi identificada uma ronda em que foi exatamente assim, e confesso-vos que é aquilo que me parece mais razoável. Não faz muito sentido um partido que fechou a primeira ronda ser o mesmo a abrir a segunda. A sequência é sempre a mesma e, quanto a vantagens e desvantagens, isto roda, dá para todos, tirando os potestativos.

Assim sendo, manteremos este modelo em que quem começa a primeira ronda também começa a segunda e a terceira, quem fecha a primeira ronda fecha também a segunda e a terceira, seja potestativo ou não. A sequência é por ordem de grandeza do grupo parlamentar, sempre em sequência, ou seja, saberemos que a seguir ao PS será sempre o PSD, a seguir ao PSD será sempre o Bloco e, assim, sucessivamente. O mesmo se aplica aos potestativos, que iniciam de outra forma, com outro modelo, mas o registo é o mesmo.

Srs. Deputados, parece-me uma solução justa e equilibrada e, assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. ex-Presidente, tenho apenas três questões para lhe colocar.

A primeira tem a ver com a proporção da área florestal que terá sido já recuperada após o incêndio: tem números que nos possa dar, em relação ao concelho de Pedrógão Grande e à sua freguesia em particular, sobre a área florestal ardida que já foi recuperada?

Segunda questão: sabe que proporção dessa área ardida que foi recuperada teve apoios públicos?

Terceira questão: tem conhecimento de situações concretas de ilicitude na utilização de apoios públicos nessa recuperação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que o PCP deixou bem claro, ao longo de todas as audições, que não se deve estar a apontar o dedo às vítimas deste incêndio e o mesmo se pede a quem tem o dever de defender as vítimas e a quem assume mesmo esse papel. Aliás, apontar o dedo é bem diferente de exigir o direito de ser ressarcido e até agora ainda não vimos — e ainda bem! — a população de Pedrogão a fazer o mesmo que lhe continuam a fazer, ou seja, a apontar o dedo.

De facto, a população de Pedrógão não tem apontado o dedo a quem não a ajuda, apenas tem exigido que lhe cheguem os apoios que já deveriam ter chegado e não chegaram. Aliás, o Sr. Presidente deixou isso bem claro ao dizer na sua intervenção inicial: ajudem-nos a reabilitar Pedrogão.

Aquilo que deve ser exigido e que a população de Pedrogão espera, assim como todas as outras populações vítimas de incêndios neste País, é que todos sejam ressarcidos das perdas que tiveram, porque eles não são culpados; são vítimas. Apontar o dedo, fazer aos outros aquilo que lhes estão a fazer... Bom, de certeza que as vítimas não têm esse comportamento e, por isso, também não fica bem que quem tem o dever de as defender venha acusá-las, mais numa situação político-partidária do que, propriamente, naquela que deveria ser uma posição de defesa das populações.

Quero deixar-lhe três questões, sendo que a primeira tem a ver, ainda, com a situação das florestas.

O que o Sr. Presidente nos relatou foi uma falta de apoio quase completa ao trabalho do produtor florestal. Segundo as declarações do Sr. Presidente, o produtor florestal não tem quase apoio nenhum – aliás, esse apoio foi eliminado com a diminuição dos serviços de extensão rural por parte do Ministério da Agricultura.

Pergunto: que papel entende o Sr. Presidente que os serviços de extensão rural poderiam ter nestes territórios? Que ajuda poderiam dar os serviços do Ministério da Agricultura ao nível da recuperação florestal e agrícola, se existissem neste território, ou seja, se estivessem presentes?

Relativamente aos serviços públicos, eles são fundamentais para a fixação das pessoas nos territórios e no mundo rural e as questões que lhe deixo são as seguintes: que importância atribui o Sr. Presidente aos serviços públicos nestes territórios? Tendo em consideração as políticas seguidas pelos sucessivos Governos, que serviços públicos foram retirados destes territórios, em concreto no concelho de Pedrogão, ao longo das últimas décadas, com responsabilidades de todos os Governos? E, ainda, que serviços públicos foram eliminados, retomados ou acrescentados após os incêndios?

Relativamente às segundas habitações, foi já aqui falada alguma coisa, mas quero que o Sr. Presidente deixe claro qual é o papel das mesmas para estes territórios.

Também relativamente a todo o processo, pergunto se considera que houve erros na gestão da recuperação das habitações.

O PCP deixou claro, logo nos meses que se seguiram aos incêndios de 2017, tanto no que diz respeito aos incêndios de junho como no que diz respeito aos incêndios de outubro, que as segundas habitações são fundamentais e decisivas. Assumimos e admitimos que a primeira prioridade deveria ser para a recuperação das primeiras habitações, contudo, as segundas habitações têm um papel fundamental e, por isso, gostaria que nos esclarecesse sobre qual é a sua avaliação e de onde foi colhida a informação de que as segundas habitações não teriam direito a ser recuperadas através do Fundo REVITA.

Ainda relativamente à situação das segundas habitações, queria perguntar-lhe se considera que este processo teve erros. Se os teve, quais foram? Qual foi o papel da CCDR em todo este processo? Foi um erro atribuí-lo à CCDR? Deveria ter sido centralizado? Porquê?

Relativamente a todos os apoios, sejam eles no âmbito da agricultura, na reposição do potencial produtivo, no âmbito da indústria ou das famílias, uma crítica que o Sr. Presidente fez, e que muitos outros depoentes também fizeram, foi no sentido de dizer que não tiveram participação ativa no processo. Pergunto: que exigências fez para poder participar nesse processo?

Tendo em consideração a ligação íntima que um presidente de junta de freguesia tem com os seus fregueses e o conhecimento da realidade dos seus fregueses e do seu território, da sua freguesia, em que momentos, a quem e que exigências fez, se alguma vez as fez, a estes órgãos, entidades ou individualidades com responsabilidades neste processo de recuperação e de apoio às vítimas de Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, do Grupo Parlamentar do PS, dado que o CDS não vai usar da palavra na segunda ronda.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, parafraseando um pouco o Sr. Deputado do CDS, diria que esta audição teve contornos diferentes das anteriores, particularmente de colegas seus presidentes de junta, ex-presidentes ou atuais.

O meu colega Deputado Hugo Costa terminou, e a meu ver muito bem, chamando a atenção não para a possibilidade de o Sr. ex-Presidente poder dar opiniões, porque pode dar todas as opiniões que quiser, aliás pode estar aqui a dar opiniões todo o tempo e nós não aproveitarmos nada nem para a Comissão de Inquérito nem para o objetivo que anunciou no início do seu depoimento, que, segundo disse, era a sua preocupação maior, a da reabilitação de Pedrógão Grande.

Todavia, era importante clarificarmos aqui um aspeto fundamental, que é o seguinte: o Sr. ex-Presidente apreendeu, tem consciência daquilo que veio aqui fazer? Sabe, objetivamente, qual é o objeto desta Comissão?

É que, como acabei de dizer, obviamente, pode dar opiniões, mesmo não conseguindo nós aproveitar nada para o texto do relatório, mas não pode fazer um somatório de palpites, apontando o dedo, deixando aqui frases e expressões muito complicadas, como aquela de que houve uma altura em que achou que queriam tapar tudo com dinheiro... O senhor não pode fazer afirmações destas e sair daqui achando que cumpriu o seu dever, porque não o fez e, portanto, vai ter de clarificar o que queria dizer com isto.

Foi dito também que o senhor não está aqui a ser julgado. É verdade, mas é seu dever prestar toda a informação de que dispõe e nós prescindimos

— pelo menos, o PS prescinde — de todas as conversas de café; queremos dados objetivos.

Outro aspeto que queríamos clarificar tem a ver com a opinião do Sr. ex-Presidente relativamente à celeridade da atuação do Estado, uma vez que ao longo de toda a primeira ronda de perguntas disse que desconhecia, que foi afastado, que ninguém o chamou mas, depois, permitiu-se fazer considerações, aqui e acolá, sobre vários aspetos, mas, como disse, do meu ponto de vista, todas essas considerações caracterizadas por palpites.

Relativamente à celeridade era importante sabermos se o senhor sabe, porque ainda esteve quatro meses enquanto presidente de junta de freguesia desde o incêndio até às eleições, onde o povo de Pedrógão fez outra opção, legítima, como é evidente, quanto tempo levou a fazer o levantamento dos danos. O Sr. ex-Presidente sabe quando é que saiu a primeira iniciativa legislativa com o elencar de medidas? Conhece-as e acompanhou a sua execução?

Depois das eleições, não lhe pergunto, porque nos informou que, após as eleições, deixou de ter particular interesse e de acompanhar, mesmo por razões de saúde, infelizmente, pelo que desconhecia o conteúdo de um dos documentos particularmente importantes nesta audição, que é o do Tribunal de Contas.

Estas questões são-lhe colocadas e, do nosso ponto de vista, bem, porque o Sr. ex-Presidente fez um elogio particular à Sr.^a Professora Ana Abrunhosa, cumprimentando-a logo no início na sua nota introdutória, e essa primeira iniciativa legislativa atribui, de facto, à CCDR a coordenação de um grupo de trabalho que procedeu à avaliação dos danos e prejuízos ao mais diverso nível, nomeadamente das habitações, da floresta, e por aí fora.

Portanto, não se entendem muito bem aqui estes posicionamentos: por um lado, deixa aqui nota de que foi afastado. Aliás, fez questão de dizer que foi afastada a sua junta de freguesia e uma outra, do PSD, e, portanto, há aqui

um incidente de suspeição relativamente às suas declarações — desculpe que lhe diga mas, com toda a frontalidade, tenho mesmo de o fazer e assumo o que estou aqui a dizer.

Por outro lado, é importante perceber o envolvimento da junta de freguesia. O senhor queixou-se, sistematicamente, de que nunca era chamado e a pergunta que lhe faço é a seguinte: quando é que teve a iniciativa de se juntar ao grupo daqueles que o senhor disse que andavam a passear — e nós entendemos que andavam a trabalhar. Houve algum momento em que a junta de freguesia resolver dar esse passo? Quanto a esses levantamentos que fez, que uso fez deles e a quem os entregou?

Já agora,...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, agradeçia que terminasse.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Já agora, qual foi a disponibilidade da junta de freguesia para tomar alguma iniciativa neste âmbito, uma vez que outras juntas de freguesia que por aqui passaram deram-nos a conhecer o papel que tiveram por sua iniciativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. ex-Presidente, nesta segunda ronda, vou começar por falar das casas, porque ainda não tive oportunidade de o fazer. Assim, pergunto: quantas casas da sua freguesia foram afetadas pelos incêndios?

Vou colocar uma série de questões, pelo que, se não perceber alguma ou se não conseguir tomar nota, agradeço que me interrompa para ser mais fácil depois.

Continuando, pergunto: foram todas reconstruídas? O Fundo REVITA serviu para reconstruir anexos, barracões, casas em ruínas ou abandonadas?

Tem conhecimento de casos de segundas habitações abandonadas ou em ruínas que tenham sido tratadas como primeiras habitações? Se sim, isso terá comprometido ou prejudicado quem realmente precisava de ajuda imediata?

A Lei n.º 114/2017, do Orçamento do Estado, veio prever que os municípios definissem o âmbito de apoio à reconstrução de habitações não permanentes. Sabe que apoios ficaram definidos no regulamento municipal de Pedrógão Grande para apoio a estas habitações?

Qual a percentagem de comparticipação do município aos proprietários destas habitações não permanentes? Esta percentagem atribuída pelo município era sempre igual? Existem casas de segunda habitação integralmente recuperadas pelos proprietários? Todas as primeiras e segundas habitações foram recuperadas?

Existiram pessoas que abandonaram a freguesia no rescaldo dos incêndios? Se sim, por que razão?

Foi aqui referido que foram levantadas suspeições. Assim, pergunto-lhe, Sr. ex-Presidente: na atribuição dos apoios às vítimas dos incêndios correu tudo bem ou houve alguma coisa que correu mal?

Na sequência dos incêndios foram adotadas medidas de reforço da prevenção e combate a esses mesmo incêndios? Houve investimento no sistema de comunicações de emergência e de segurança?

O senhor já disse que a junta de freguesia apoiou na aquisição de árvores. Pergunto se a junta de freguesia fez mais algum apoio às vítimas e, se sim, que tipo de apoio? Na sequência desse apoio, recebeu alguma

transferência de alguma entidade para suportar esse apoio? Se sim, qual foi a entidade?

Como, creio, não haverá terceira ronda de perguntas, aproveito para dizer o seguinte:...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não é adquirido. Poderá haver terceira ronda, mas faça favor de continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Se houver, cá estarei.

O PSD agradece mais uma vez a forma correta, imparcial e isenta como respondeu às questões, embora de uma forma apaixonada por ter sido autarca daquela região e daquela junta de freguesia e por ter vivido na primeira pessoa os incêndios à época.

O seu depoimento, em nosso entender, contribuiu e foi importante para a descoberta da verdade material e para o objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

O PSD relembra a sua solidariedade para com os pedroguenses, para com todos os concelhos do Pinhal Interior e ainda para com todas as pessoas que, anualmente, são vítimas dos incêndios que deflagram. Mais uma vez, obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a segunda ronda de questões.

Sr. ex-Presidente, creio que existe um conjunto alargado de questões que merecem resposta. Caso falte alguma, os Srs. Deputados sempre poderão lembrá-lo.

Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim, agradecia que o fizessem.

Começando pela importância das segundas habitações e se deveriam ou não ter sido recuperadas, diria que: no meu entendimento, as verdadeiras segundas habitações, se existiam, já pagavam IMI (imposto municipal sobre imóveis); no meu entendimento, as segundas habitações, se existiam, já pagavam luz; no meu entendimento, as segundas habitações, se existiam, já pagavam água. Creio que com isto respondo a mais de um grupo parlamentar. Não compreendo como são classificadas segundas habitações aquelas que não têm fatura energética, não têm pagamento de IMI e não têm fatura de água associada, sendo que a fatura da água seria logo uma base de triagem imediata que estaria ao dispor do município.

É que de uma coisa nos podemos gabar em Pedrógão Grande, da cobertura da rede de água em praticamente todo o concelho. Mas se virmos a rede de água com a rede de luz podemos mitigar a margem de erro, e se a isso associarmos o IMI de cada imóvel ainda vamos mitigar mais.

Posso dizer que nas reuniões iniciais em que participei e em que tive o privilégio de trabalhar diretamente com a Sr. Professora Ana Abrunhosa, Diretora da CCDRC, um dos pressupostos era precisamente o da existência de três recibos de água, três recibos de luz e a contribuição, ou não, nas segundas habitações e nas primeiras habitações.

Portanto, a todos os senhores que me questionaram sobre a importância das segundas habitações eu diria que todas as verdadeiras segundas habitações já pagavam IMI, e continuam a pagar; as segundas habitações, numa triagem, tinham de ter faturas de luz e tinham de ter faturas de água.

Aqui, e peço desculpa, Sr. Presidente, se calhar, estou a responder a um conjunto de grupos parlamentares que colocaram a questão das segundas habitações.

Claro que é importante ter as segundas habitações em Pedrógão Grande. Quem é que não as quer ter? Quem é que não quer ter gente nos fins

de semana. Quem é que não quer ter gente a passar a sua aposentadoria lá? Quem é que não quer? Todos queremos, claro que sim! Mas que sejam verdadeiras segundas habitações e verdadeiras primeiras habitações.

Se se tivesse sido seguido o que ficou definido nas atas das reuniões iniciais do grupo de trabalho, atas essas que não sei se esta Comissão já solicitou a esse grupo de trabalho – onde estavam os municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, as várias forças da proteção civil, segurança social, IHRU e Exército –, veriam que nessas atas algumas das balizas de validação dos imóveis eram exatamente essas: três faturas de luz, três faturas de água e o pagamento do IMI.

Ora, creio que isso não foi seguido depois, apesar de tanta legislação e de tanto artigo, que eu, no entanto, não trouxe, Sr.^a Deputada, porque não sabia ao que vinha. É que, se me tivessem dito, acredite numa coisa - e, mais, para falar com este sentido apaixonado, mas não estou em nenhuma novela: teria vindo documentado e ter-lhe-ia respondido a todas as questões com números exatos.

Quanto a saber se o papel da CCDR deveria ter sido centralizado nela, julgo que sim, que deveria ter sido centralizado na CCDR e no grupo de trabalho que estava com ela. Deveria ter sido centralizado na CCDR com o apoio do IHRU – e por favor, não falemos em cores partidárias, falemos em Pedrógão –, o qual, no meu entender, fez também um excelente trabalho, com o apoio cruzado dos levantamentos feitos pela Marinha, cujos militares fizeram igualmente um excelente trabalho.

Eles levantavam um *drone* e diziam: «Isto, segunda habitação? Esquece, passa à frente!» Portanto, estávamos na altura de arrepiar caminho, ou seja, de, verdadeiramente, arrepiarmos caminho. Os *drones* iam para o ar, fotografavam e podia concluir-se: «Então, se isto já tem silvas cá dentro, se as traves-mestras já caíram há não sei quantos anos... Siga!» Portanto, esse

trabalho estava feito. Onde é que ele foi parar? Não sei. Se o Fundo REVITA o aproveitou, ou não, não sei. Não estava lá presente.

Sim, Sr.^a Deputada, manifestei, por mais do que uma vez, o meu descontentamento pelo afastamento, quer verbalmente quer por *e-mails* trocados com o município. Como referi há pouco, e não sabia que ia fazer-me esta pergunta, para a realização de uma reunião comum com o Sr. Presidente da Câmara, estive à espera cerca de seis meses da resposta da câmara municipal. E, Sr.^a Deputada, não havia eleições e não se pensava em eleições. E, expressei o meu descontentamento, em sede própria, na assembleia municipal – e podem também pedir as atas –, como Presidente de junta e como voz dos pedroguenses, e em todas as assembleias de freguesia, cujas atas também podem pedir, onde expressei o meu descontentamento, dizia eu, e elenquei aos meus deputados, aos pedroguenses que compõem a assembleia de freguesia, os trabalhos diários que eram feitos pela junta de freguesia.

Comecei e continuo com o mesmo pedido: vamos reabilitar Pedrógão, vamos reerguer Pedrógão, vamos fazer com que as pessoas olhem para Pedrógão como um território no seu todo e um território que precisa que os senhores ou quem de direito chegue rapidamente a conclusões, aponte culpados, se os houver, de modo a que os portugueses saibam, de forma clara, o que se passou, como se passou e quem foram os mentores.

Quanto à celeridade do Estado na resposta a indemnizações, quanto a saber se questioneei essa celeridade...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Não falei em indemnizações!

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Não? Indemnizações das vítimas, claro. Não? Então, pode recordar-me do que falou?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Falei da celeridade da ação do Estado no levantamento dos danos, na saída da primeira iniciativa legislativa.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — CCDR é Estado! A CCDR foi célere, mas tudo o resto, depois...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Não são só as indemnizações...

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Sim, já percebi. Já percebi que não está a falar das indemnizações. Estou a reformular, dizendo que a CCDR é Estado. E, desde a primeira hora e o primeiro minuto, chegávamos às 23 horas, meia-noite e lá andava a Sr.^a Professora Ana Abrunhosa a distribuir sanduiches por todos nós, que andámos lá pelo meio dos buracos, para que nenhum ficasse para trás, nenhuma pessoa das comunidades estrangeiras, muitos dos quais vivem em buracos quase inacessíveis...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Então, esteve envolvido!

Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Não, não estive envolvido! Nos primeiros dias, do que é que estamos a falar, Sr.^a Deputada...?

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, peço-lhe que se mantenha fiel ao conjunto de perguntas que lhe fizeram e que aí tem, para não entrarmos aqui todos em diálogo.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Muito bem, Sr. Presidente.
Peço desculpa.

Sim, houve celeridade do Estado, inclusivamente num organismo do Estado, a CCDRC.

No que diz respeito ao levantamento dos danos e medidas implementadas, houve, de facto, um conjunto de entidades que fizeram um levantamento de danos, mas o que questionei aqui sempre foi o não aproveitamento, por parte de quem conduziu o processo após quatro meses – ou seja, julho, agosto, setembro e outubro, enquanto estive em funções –, de todo esse trabalho que tinha sido feito, e que já elenquei, pela CCDR, pelo IHRU, pela Marinha – e a Marinha fez um trabalho de cartografia excelente ao quadrado, sinceramente nem sei como classificar o desempenho daqueles homens, que dia e noite andavam connosco.

Quanto ao posicionamento das minhas declarações, em sede própria, nos locais próprios – e não é no café, não é na voz do Zé Povinho, que é o povo, que somos nós –, em sede municipal, em sede de assembleia de freguesia, estão exaradas em atas as minhas posições, estão arquivadas.

Portanto, se os senhores querem perceber a minha posição oficial e saber se me fiz ouvir no sentido de mostrar disponibilidade para estar presente, sim, fiz-me ouvir nos locais próprios, e não no café, colocando a junta e o seu presidente à disponibilidade para participar naquilo que lhe fosse pedido.

A Sr.^a Deputada Olga Silvestre, do PSD, perguntou-me quantas casas foram afetadas na freguesia de Pedrógão Grande. Retomo o início da minha resposta: no meu entender, não foram cumpridas as matrizes primeiramente acordadas, no sentido de percebermos se eram ou não casas obsoletas, se eram ou não de segunda, de terceira, se eram ou não casas de horta. Portanto, não tenho conhecimento do número apurado e do número transmitido oficialmente.

Tal como também disse no início da sessão, aquando de uma breve reunião com as entidades que durante os primeiros dias faziam esses *briefings* diários de trabalho, tanto o presidente da junta de Pedrógão, como o presidente da junta de Vila Facaia, como o presidente da junta da Graça riscaram alguns nomes quando tinha de vir a listagem para baixo para ser entregue ao Sr. Ministro para ele enviar para Bruxelas para acionar o fundo de calamidade europeu. E aí as juntas já tinham sido postas completamente de lado. Inclusivamente, a Sr.^a Dr.^a Ana Abrunhosa abordou-nos da seguinte forma: «Sr. Presidente da Junta, o que é feito de vocês?» E nós os três – e não fui só eu, que não fui para o café, fomos os três – não fomos chamados. E não só eu, mas todos, todos, de certeza que têm lavrado em ata das suas assembleias dos seus executivos a dor que sentíamos pelo facto de não termos sido chamados.

Em relação ao regulamento municipal e ao valor atribuído pelo município a cada uma das casas afetadas, não sei. Como referi, não vou estar a dizer que foi 100%, 50%, 20%, 15% ou 10%, porque não vou cair mais no erro de dar respostas não objetivas para que não digam que estou a «faltar à verdade».

O que eu costumava dizer muitas vezes era que, embora tendo sido eleito por um determinado partido, eu era pedroguense e tinha de me lembrar que, quando estava na assembleia de freguesia, representava a freguesia e não o deputado Pedro Nunes. Isto, contrariamente a muita gente que se faz valer da sua posição para representar interesses próprios em sede de assembleia municipal, lugar que, no meu entender, é num município a casa máxima da democracia, onde deve haver o máximo de transparência.

Portanto, se lerem as atas, as questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande são abrangentes e são muitas das questões que me foram colocadas aqui. Portanto, a minha imprecisão com os números vem daí, porque não me foram facultadas; foram-me perguntadas e

não me eram dadas; foram questionadas e não eram respondidas... O que quiserem, da forma que quiserem conduzir a pergunta, a resposta vai pelo mesmo caminho.

Quanto às atribuições nos últimos incêndios, a Sr.^a Deputada referia-se às atribuições monetárias, a valores transferidos? Se pudesse esclarecer, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. ex-Presidente, quando refiro as atribuições às vítimas dos incêndios, não me refiro a valores; o que pergunto é se correu tudo bem ou se alguma coisa correu mal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Manuel Luís Silva Nunes**: — Na ronda anterior, referi que, no meu entender, faria de outra forma. Mas esse é o meu entendimento. Eu não colocaria, como já referi, milhares de euros nas mãos de uma pessoa que está habituada a gerir algumas dezenas de euros por mês.

É que, a meu ver, não basta passarmos um cheque em branco e dizermos àquela pessoa: «Sirva-se!» Temos de ajudar aquela pessoa a preencher o cheque e saber da forma que vai utilizar o cheque. E acho que isso não foi devidamente acompanhado. Isto quando me é pedida a minha opinião, que também foi expressa em sede de assembleia de freguesia e em sede de reunião de junta. É que, contrariamente ao que acontece com muitos outros, as atas estão feitas, disponíveis e devidamente arquivadas.

Quanto à atribuição a vítimas de incêndio de medidas de apoio e socorro, Sr.^a Deputada Olga Silvestre, as medidas de apoio e prevenção para o socorro futuro não estão tomadas. Se o Sr. Presidente me permitir, creio

que uma breve passagem do meu cargo como autarca resume a resposta a muitas das questões que me foram colocadas: um dito dia, há um entendimento de fazerem uma transferência para as juntas de freguesia de Pedrógão Grande de um valor para comprarmos *kits* de incêndio para colocarmos em cima das nossas carrinhas.

O entendimento da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande – e não foi do seu presidente, com a experiência que já tinha de combate a incêndios – foi a de não aceitar essa transferência de verbas da Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Porquê? Porque não tinha pessoas devidamente habilitadas, nem seguradas, para poderem fazer combate direto a incêndios. E se morre um trabalhador? E se um carro vira por o tanque ir meio de água?... É muito bonito nós vermos meios de socorro nas aldeias, não é? E onde está a formação para os utilizar?

Portanto, para mim, não é chegar e dizer: «a aldeia A tem mangueiras de 25 com não sei quantos bares de potência que pode fazer combate direto ao incêndio». Eu questiono: quem é que tem formação para fazer combate direto a incêndios? Definem combate direto: é ir diretamente à chama, ou é molhar a zona envolvente e não se lembrar que o depósito da água esvazia porque faltou a eletricidade...? Tudo isto tem de se saber, para tudo isto tem de se fazer contas.

Por isso, nessa situação, foi entendimento do executivo – e isto porque não trabalhava numa ditadura, trabalhava com um conjunto de pessoas e quando possível chamava os deputados pedroguenses das duas cores partidárias para deles ouvir a opinião, pois várias cabeças pensam muito melhor do que uma – não equipar a junta de freguesia com um *kit* de combate, porque felizmente, até hoje, ainda não aconteceu nenhuma desgraça com um autarca que tenha de se ir sentar em tribunal, porque tem meios de combate diretos ao incêndio, mas não tem equipas com a devida formação para fazer o combate ao incêndio.

Portanto, isso passa muito por aquilo de que, há pouco, falei, de um comando único, de um conhecimento único e de pessoas que realmente percebem de bombeiros para apetrechar a população. Muito bem, aproveitem-se essas associações que temos, espalhadas pelo concelho, para darmos formação via associação, tendo essa associação duas, três pessoas capazes de o fazer. Se não estão lá essas duas ou três pessoas, então, é melhor não atuar, é melhor estar quieto. Não vale a pena fazer asneira e queimar-se.

Quanto à distribuição de víveres, sim, participámos na distribuição de víveres. Eram-nos dados pela Santa Casa – e, como disse, em Pedrógão centralizou-se na Santa Casa – e iam sendo distribuídos mediante as chamadas que iam chegando e as solicitações feitas no local. E estamos a falar dos dias imediatamente a seguir ao incêndio, não estamos a falar a médio e a longo prazo porque, depois, aí, a nossa participação limitou-se à distribuição de alguns alimentos que sobraram para os animais.

Não foram transferidas quaisquer verbas para a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande. A Junta de Freguesia de Pedrógão Grande não recebeu um cêntimo doado por qualquer associação, qualquer pedroguense ou qualquer português. Não autorizei a entrada de um cêntimo nas contas da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande na forma de donativo.

É que, inclusivamente, até para demonstrar algum conhecimento da legislação que estava a ser produzida, foi entendimento e parecer do nosso jurista que todos os fundos monetários deveriam ser centralizados na conta do Fundo REVITA e não poderia haver contas paralelas. Portanto, ainda conheci alguma da legislação, contrariamente ao que algumas pessoas pensam.

Creio que respondi a todas as questões, mas, caso não o tenha feito, pedia humildemente que me relembrassem alguma questão, principalmente a bancada do PCP, relativamente à qual poderei ter esquecido alguma questão objetiva, mas julgo que, ao ter respondido às questões sobre as

segundas habitações, sobre a importância de estas lá existirem, e sobre o pagamento das três faturas de água e de eletricidade e o pagamento do IMI, respondi à sua questão basilar. Porém, se pretender mais algum esclarecimento, estou à disposição.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Dado que todos os Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares se dão por satisfeitos com as respostas produzidas, teríamos agora uma terceira ronda que não se vai verificar, porque nenhum grupo parlamentar pretende usar da palavra.

Terminada, então, a nossa audição, quero agradecer ao Sr. ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande a sua presença, até porque, conforme lhe disse, quando aqui chegou, temos ou tentamos ter sempre um especial apreço e atenção aos autarcas, pois são eleitos, como nós.

Queremos receber bem toda a gente, mas especialmente bem os autarcas, pelo que agradeço, mais uma vez, o seu depoimento. Acho que terá consciência, como nós, de que, em alguns momentos, o seu depoimento poderá não ter sido o mais útil para a Comissão, até pela paixão de quem viveu aqueles momentos – e todos nós somos solidários com o drama humano, embora não sendo esse o objeto desta Comissão.

Portanto, quero agradecer-lhe o seu depoimento, com aquilo que ele teve de bom, de completo ou de mais incompleto.

Srs. Deputados, amanhã, às 15 horas e 30 minutos, teremos a audição do Sr. Dr. António José Figueira Domingues, na qualidade de Presidente da Associação Empresarial Penedo do Granada e Médio Zêzere.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 50 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.